

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

EYMARD RIBEIRO

“O Largo da Batata é Nosso”: Dinâmicas Sociais, Políticas e Identidades na Metrópole  
Paulista

Niterói - RJ

2017



EYMARD RIBEIRO

“O Largo da Batata é Nosso”: Dinâmicas Sociais, Políticas e Identidades na Metrópole  
Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Christina Vital da Cunha

\_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Christina Vital da Cunha (PPCULT/UFF) – Orientadora

---

Lia Rocha (PPCIS/UERJ)

---

Gilmar Rocha (PPCULT/UFF)

Niterói - RJ

2017

Dedicatória

À minha companheira Camilla Mayeda Araki

Às minhas filhas Julia Horcel Ribeiro e Sarah Mayeda Ribeiro

Vocês estão sempre presentes me estimulando e apoiando em todos os momentos desta  
jornada

## AGRADECIMENTOS

À Christina Vital da Cunha, minha orientadora, presença decisiva em todo o processo de construção dessa dissertação.

À Gilmar Rocha, por suas aulas esclarecedoras, participação nos momentos de apresentação da proposta para o mestrado, qualificação e defesa dessa dissertação e seus aportes sempre generosos.

À Lia Rocha, por aceitar participar de minha qualificação e defesa.

À Livia de Tommasi, querida professora e amiga que sempre contribuindo para a discussão dessa dissertação.

À Amélia Luisa Damiani, por apresentar de forma tão amável pensadores complexos.

À Maria de Lourdes Pereira Fonseca, pelas aulas sobre gestão e planejamento urbano no Brasil.

À Ricardo Baitz, pela generosidade em me disponibilizar suas pesquisas sobre o Largo da Batata.

À Fernanda Salles, ativista, amiga e colaboradora na coleta de informações sobre as ações no Largo da Batata.

À Gustavo Freiberg, querido amigo e colaborador, sempre disposto a uma conversa sobre o Largo da Batata.

Aos Coletivos atuantes no Largo da Batata, que me receberam em inúmeras reuniões e entrevistas.

Aos representantes da subprefeitura de Pinheiros na gestão 2013-2016, por abrir as portas para minha presença em diversas conversas sobre o Largo da Batata.

Aos professores e professoras do PPCult, pelas aulas maravilhosas, valeram todas as viagens São Paulo-Niterói, foram quilômetros muito bem aproveitados.

Aos moradores, comerciantes e transeuntes do Largo da Batata, pelas conversas e informações sobre o local.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a composição desse trabalho.

## RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre dinâmicas de ocupação territorial e produção cultural. O material que dá suporte às análises apresentadas nesta dissertação são em parte documentais (históricos), em parte etnográficos (trabalho de campo realizado no Largo da Batata mais ativamente entre 2014 e 2017). O Largo da Batata vem passando por um processo de reurbanização há algumas décadas e as disputas que se apresentam ao longo desses anos em torno da memória, da identidade dos sujeitos é alvo principal de nossa análise.

## PALAVRAS-CHAVE

Operações urbanas, cultura, identidade, memória, estética e agenciamentos coletivos.

**ABSTRACT:** This research aims to reflect on dynamics of territorial occupation and cultural production. The material that supports the analyzes presented in this dissertation are partly documentary (historical), partly ethnographic (field work carried out in Largo da Batata more actively between 2014 and 2017). Largo da Batata has been undergoing a process of redevelopment for some decades and the disputes over the years about memory and the identity of the subjects are the main focus of our analysis.

## KEY WORDS

Urban operations ; culture identity; memory; ethetics and collective relation

# Sumário

Introdução .....	7
Capítulo 1 – Um território chamado largo da batata. ....	13
1.1 Planejamento Urbano no Brasil.....	17
1.2 O Bairro de Pinheiros.....	27
1.3 Territorialidades no Largo da Batata.....	29
1.4 Do Mercado dos Caipiras ao Largo da Batata.....	33
1.5 Crescimento demográfico, comércio varejista e serviços .....	36
1.6 A “Deterioração” do Largo da Batata .....	41
Capítulo 2 - Reconversão Urbana no Largo da Batata, operações Urbanas Consorciadas e Coletivos Artísticos .....	42
2.1 Operação Urbana Consorciada Faria Lima .....	43
2.2 Concurso Público do Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata.....	46
2.3 Reterritorializações no Largo da Batata .....	51
2.4 Um Espaço em Construção .....	52
2.5 Coletivos Artísticos .....	54
2.6 Coletivos Artísticos no Brasil .....	58
2.7 Coletivos Artísticos na Cidade de São Paulo. ....	59
2.8 Agenciamentos Coletivos no Largo da Batata .....	65
2.9 Coletivo BatataMemo. ....	71
3.1 Territorialidades Culturais.....	83
3.2 Culturas Territorializadas, Táticas de Resistência .....	85
Considerações finais.....	92
Referências bibliográficas .....	94

## **Introdução**

Nesta pesquisa tenho como objetivo refletir sobre dinâmicas de ocupação territorial e produção cultural a partir do acompanhamento de mudanças ocorridas, principalmente nesta década, na localidade conhecida como Largo da Batata, no bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo. Esse território vem passando por um processo de reurbanização iniciado há algumas décadas e que se estendem até os dias de hoje.

Ao longo da pesquisa pretendo apresentar uma reflexão sobre processos de urbanização, mudanças no padrão viário e fundiário que estão promovendo transformações na ocupação política, cultural e urbana neste território.

Observamos que os impactos dessas mudanças estruturais e culturais estão sendo intensificados pelo projeto municipal de Reconversão Urbana do Largo da Batata, iniciado na década de 1990. No bojo deste processo de “reconversão”, novos estabelecimentos comerciais e de serviços vêm se instalando no local, ao mesmo tempo em que vem sendo ocupado por coletivos de artistas que se mobilizam para participar mais ativamente de tomadas de decisão sobre esse espaço.

Mais recentemente, o Largo da Batata tem se tornado um importante referencial de concentração e participação popular na cidade de São Paulo.



Foto 1 – Manifestação, junho 2013. O Largo da Batata ocupado por manifestantes durante as Jornadas de Junho. Fonte: Miguel Schincariol<sup>1</sup>

Essas manifestações parecem buscar produzir um posicionamento crítico sobre processos de ocupação nesta e em outras áreas da cidade, que são prioritariamente pautados em interesses econômicos e incidem diretamente no deslocamento das populações que anteriormente ocupavam o espaço.

Em muitos processos identificados pela bibliografia especializada, certificou-se essa desconsideração da população local e a paralela remoção branca (VALLADARES 2005), questão que se relaciona, de modo mais amplo, com processos de gentrificação em curso nas metrópoles, tal como vem sendo acompanhado por diferentes pesquisadores do urbano na atualidade (LUNETTA 2015; GASPAR 2010; SCHAFFER, SMITH 2010, entre outros).

Pretendo refletir sobre dinâmicas sociais que envolvem produções de identidades, partindo da observação e análise de processos de transformação urbana em curso e de intervenções artísticas praticadas no local; investigando pressupostos estéticos e conceituais que estruturam esses coletivos: as interações com os expectadores e o espaço, seus posicionamentos com relação a subsídios financeiros, interação com o governo local, sua relação com outros coletivos e ações que ali ocorrem.

Parto da hipótese de que as intervenções propostas por coletivos artísticos têm diversas motivações que levam em conta a localização, viabilidade e história. Interessa-me analisar,

---

<sup>1</sup> [www.xadrezverbal.com](http://www.xadrezverbal.com). Acesso em 03 de outubro de 2016.

neste caso: os mecanismos de intervenção política, artística e cultural; a relação pretendida com a cidade e com seus habitantes; a escolha de um espaço público específico. No trabalho de campo, observei que os coletivos atuantes no Largo da Batata, tais como “Coletivo BijaRi”, “Coletivo BatataMemo! ” e “A Batata Precisa de Você”, estão desenvolvendo circuitos alternativos de difusão e promoção de suas ações, articulando novas táticas de circulação, sustentabilidade econômica e apresentação de seus trabalhos.

Assim, são os próprios artistas os mediadores do diálogo de suas produções com o público. A proliferação do coletivismo no Brasil vem horizontalizando decisões e a buscando construir novos modos de atuação, rompendo os tradicionais processos de produções artísticas e curadoria presentes nas práticas de comercialização da arte moderna. Busquei ampliar essa discussão no segundo capítulo dessa dissertação, onde realizei uma apresentação mais aprofundada desse movimento estético e político.

## **A questão da pesquisa, construção do objeto**

Inicialmente minha pesquisa tinha como objetivo fazer uma análise sobre autoria compartilhada e práticas coletivas. Buscava, assim, selecionar e acompanhar coletivos artísticos em suas discussões, preparações e intervenções, seus usos e escolhas de territórios e espaços, seus processos autorais e suas relações com instâncias governamentais.

O foco da pesquisa recaía sobre o “Coletivo BijaRi”, composto por artistas visuais, arquitetos e urbanistas, surgido em 2000. Esse coletivo desenvolve ações por toda a cidade, tendo uma atuação muito expressiva na região do Largo da Batata. Porém, no curso do trabalho de campo outras questões foram se mostrando mais prementes e o escopo da investigação mudou: deslocou-se de uma reflexão sobre os modos de fazer artísticos coletivos com ênfase na questão da autoria, para uma investigação sobre dinâmicas sociais em curso na cidade e que se expressam de modo contundente e plural no Largo.

O Largo da Batata é um território da cidade de São Paulo marcado por inúmeras transformações no decurso dos períodos pré-coloniais, colonial e republicano. Desde o início da ocupação do território praticavam-se trocas e comércios de mercadorias, caracterizando o local como uma centralidade comercial, “a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento” (LEFEBVRE, 2004).

O primeiro capítulo dessa dissertação é dedicado a apresentar os processos de Planejamento Urbano no Brasil com intuito de construir um entendimento sobre essas práticas, chegando ao Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata, para

compreendermos sua posição relativa na cidade e a centralidade que assumiu mais recentemente em termos da produção de uma possibilidade de convívio social nas cidades.

Buscarei, neste trabalho, apresentar algumas ações realizadas no Largo da Batata como, por exemplo, a atuação do Coletivo BijaRi, que desenvolveu ações denunciando processos de gentrificação praticados no Largo desde a década de 90, e chegar ao coletivo BatataMemo, sendo “Memo” de memória. Este coletivo tem suas bases fundadas na perspectiva de resgates históricos e apresentação das memórias das pessoas que habitavam ou ainda habitam esse espaço, iniciou suas atividades em 2014 pautando a proposta de que a atual estação do Metrô, chamada estação Faria Lima, passasse a ser chamada estação Largo da Batata, proposta esta que busca reforçar a identidade do local e seu valor simbólico.

Essas iniciativas vêm articulando ações de resgate da memória do local em face das novas ocupações promovidas pelo Plano de Reconversão do Largo da Batata, problematizando as questões relacionadas ao direito à cidade e participação coletiva e sempre propondo um aprofundamento crítico e participativo sobre as mudanças impostas ao espaço.

Compreender a relação desses coletivos com o governo, empresários, comerciantes e frequentadores é igualmente importante para refletir sobre o objetivo maior desta pesquisa: Há laços de reconhecimento e identificação produzidos entre os participantes? Quais? Como se articulam com as instâncias governamentais e comerciais nas negociações e sustentações de suas práticas? Como criam e desenvolvem propostas coletivas? Quais são as características espaciais, sociais, políticas e os arranjos coletivos que atravessam esse local, hoje palco de manifestações, shows, intervenções artísticas, lazer, permanência e trabalho de muitas pessoas?

## **Metodologia**

Esta pesquisa tem um caráter etnográfico. Busco, a partir de descrições, trabalhos de campo, entrevistas, participação em reuniões e eventos no território, analisar os sentidos dados pelos atores em situação às suas práticas políticas, artísticas e culturais.

Para refletir sobre os objetivos propostos, estou realizando observação direta no Largo da Batata desde 2014. Desse período até aqui recolhi um material diversificado, que vai desde entrevistas e registros fotográficos atuais à realização de pesquisa documental, bibliográfica e videográfica em acervos públicos e privados sobre as transformações ocorridas nessa localidade desde o século passado.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com integrantes de coletivos de artistas e seus espectadores, com comerciantes do entorno, ambulantes, frequentadores dos bares, moradores da região, moradores sem teto que habitam o Largo, representantes do governo municipal e representantes de instituições da vizinhança, como a igreja Nossa Senhora do Monte Serrat.

Em minhas primeiras entrevistas identifiquei múltiplas motivações para a ação dos sujeitos sociais, que vão desde representantes do governo municipal e comerciantes a frequentadores do local. Observo inúmeras mediações, estratégias e táticas experimentadas e vivenciadas, tais como: participações em fóruns de discussão sobre o andamento do plano de Reversão do Largo da Batata, promovidos pela subprefeitura de Pinheiros e que buscam intensificar a participação popular nas decisões previstas para o local, aproximando os agentes públicos, privados e a população interessada em participar de procedimentos de gestão coletiva; intervenções artísticas praticadas por coletivos que experimentam no espaço instalações de mobiliários urbanos e plantio de mudas em floreiras por eles construídas; apresentações teatrais; performances e shows musicais, construindo assim uma intensa programação cultural no local.



Foto 2 - Imagem de encontro do coletivo “A Batata Precisa de Você”. Fonte: [www.catracalivre.com](http://www.catracalivre.com)

Essas mediações e estratégias partilhadas pelos atores em situação informam sobre uma dimensão muito ampla de agenciamentos, dispositivos e posições. A proposta é fugir de posições binárias e pesquisar as diferentes camadas de interação entre este lugar e as pessoas que o frequentam.

Esta dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro, analiso registros e documentos produzidos sobre a história local, suas características sociais, econômicas, culturais e geográficas, chegando ao atual Plano de Reconversão Urbana, em processo de finalização.

No segundo capítulo, abordo os coletivos artísticos fazendo um levantamento histórico sobre práticas coletivas desenvolvidas no Brasil e no mundo com ênfase em práticas realizadas no Largo da Batata desde 2002 até os dias atuais. Neste capítulo também busquei destacar as práticas do coletivo “BatataMemo”.

No terceiro e último capítulo, abordo as diferentes modalidades de territorialidades desta localidade, as experiências coletivas de gestão compartilhada com autores que discutem espaço, suas representações e práticas territoriais e a produção de identidades.

## Capítulo 1 – Um território chamado largo da batata.

Neste capítulo apresento um breve histórico sobre o planejamento urbano na cidade de São Paulo, enfatizando o Bairro de Pinheiros, onde se localiza o Largo da Batata, objeto de análise desta dissertação.

Serão apresentados dados e informações sobre a construção histórica, social e cultural deste território, seu desenvolvimento espacial entre os períodos pré-colonial até a atualidade. Destaco o “Plano de Reversão do Largo da Batata”, política pública municipal integrada ao projeto urbanístico “Operação Consorciada Nova Faria Lima”, iniciada em 1995, ainda em andamento.

O Largo da Batata, inicialmente um local de comércio de produtos agrícolas e, posteriormente, um terminal intermunicipal de ônibus, hoje é conhecido na cidade como um ponto de concentração, mobilização e realização de variados eventos: manifestações, shows, rodas de conversa, encontros de coletivos, eventos teatrais, performances. Mesmo com essas mudanças manteve o nome “Largo da Batata”.

Intervenções urbanísticas recentes transformaram seu traçado juntando-o ao Largo de Pinheiros. Na imagem abaixo podemos identificar no círculo amarelo as áreas que hoje compõem o Largo da Batata e o Largo de Pinheiros, composto pela praça Padre Séptimo Ramos Andrade e Igreja Nossa senhora do Monte Serrat.



Foto 3 – Vista aérea do Largo da Batata e o Largo de Pinheiros. Fonte: Google:  
<https://www.google.com.br/maps/place/Largo+da+Batata/@-23.5667845>.

Os dois Largos, hoje contíguos, eram separados por ruas e edificações. O Largo da Batata se mostrava como um local de comércio popular e produtos agrícolas enquanto o Largo de Pinheiros concentrava pontos de ônibus para deslocamentos a outros territórios da cidade. Abaixo, algumas imagens dos Largos em décadas passadas:



Foto 4 - Largo de Pinheiros na década de 60. Fonte: Folha de São Paulo.



Foto 5 – Imagem do Largo da Batata na década de 60. Fonte: Folha de São Paulo.

Nessas imagens podemos observar a proximidade entre os dois territórios e algumas características, tais como o intenso comércio de produtos e objetos no Largo da Batata, enquanto no Largo de Pinheiros verificamos um espaço de conexão a outros pontos da cidade, sobretudo a região oeste com a região central da cidade. Essas características foram sendo transformadas ao longo da década de 70, quando o terminal de ônibus se desloca para as proximidades do Largo da Batata, como abordaremos mais à frente.

Vale destacar algumas distinções conceituais entre espaço e territórios. Segundo Haesbaert (2012), territórios são apresentados:

“...como uma configuração espacial que considera as relações sociais presentes como um conjunto indissociável e contraditório de interações entre objetos (condições e fatores) e ações (transformações, usos e fruições), dentro de contextos históricos de desenvolvimento de técnicas de transformações e adaptações que imprimem ao espaço um sentido e uma prática dialógica de significados e valores construídos na sua produção simbólica e utilização cotidiana”, (HAESBAERT,2012).

A territorialização do espaço ocorre através de processos de apropriação, físicas e/ou simbólicas. Segundo Raffestin (1980) espaço e território não são equivalentes, pois o espaço antecederia o território que se configuraria como uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, em qualquer nível, mesmo não estatal.

Na perspectiva de alguns autores clássicos das Ciências Sociais tais como Pierre Bourdieu (1986), espaços sociais são formações simbólicas, conformam encontros de agentes e disputas sociais entre eles, e que não se fixam, necessariamente, a um território. Nesse sentido, espaços são geradores e/ou permitem reconhecer identidades, representações. Há também autores que destacam a dimensão moral dos espaços dividindo-os em regiões morais de fachada e fundo (GOFFMAN, 2011) ou em espaços da casa e da rua como dimensões sociais antagônicas e estruturantes da vida social (DA MATTA, 1984). Seguindo estas pistas, Duarte e Gomes tratam da dimensão moral e afetiva dos espaços ao analisarem redes familiares.

“Trata-se de um ‘espaço moral’ demarcado não somente por seus contrastes com a rua, mas também com as demais casas. Esse espaço pode se estender por metros ou quilômetros, por meio das relações afetivas estabelecidas entre os membros de diferentes gerações. Esse ‘espaço moral’, que pode ser chamado de ‘configuração de casas’, constitui-se num ‘conjunto de casas vinculadas por uma ideologia da família e do parentesco’”, (DUARTE. Gomes, 2008: 170).

Em sentido muito criativo e perspicaz, temos também as contribuições de Magnani (2002) que sobrepõe dimensões morais e afetivas na análise à produção de territorialidades nas metrópoles. De sua análise emergem a dimensão do pedaço como de intensa identificação entre os frequentadores, as manchas cujas relação moral e afetiva entre seus integrantes são menos intensas do que nos pedaços, mas que produzem também identidades, além das regiões de intercâmbio e circulação.

Todas estas perspectivas de análise contribuem na reflexão sobre o Largo da Batata em suas múltiplas dimensões e relações entre agentes no local.

Tomando, enfim, o Largo da Batata como um espaço de convivência entre vários grupos, evidenciamos ali disputas de poder que se apresentam sob múltiplas formas: de especulações imobiliárias a disputas em torno de produção de identidades locais e de representações culturais.

Relações de poder que não estão somente nas materialidades e sim nas formas que são praticadas em seus agenciamentos, produzindo e sendo produzidas.

Entendo como importante traçar um breve histórico sobre o Planejamento Urbano no Brasil, na tentativa de contextualizar esse território no conjunto histórico de transformações conceituais que incidem sobre o país e a cidade de São Paulo. Em seguida, desenvolverei uma apresentação do Largo da Batata mais detalhada.

## 1.1 Planejamento Urbano no Brasil

O Censo 2010 registrou que 29.852.986 pessoas vivem em área rural no país, o que representa 15,65% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população urbana soma 160.879.708 (84,35%) pessoas.

De acordo com o IBGE, o número de pessoas que vive no campo está estável desde a década de 1940. Naquela época, a população brasileira era de aproximadamente 41 milhões de pessoas e 30 milhões viviam em zona rural. Isso vem se mantendo em uma linha estável até hoje. No Sudeste, 74,6 milhões (92,9%) vivem em centros urbanos e 5,6 milhões (7%), no campo.

A cidade de São Paulo se apresenta como importante expoente de crescimento populacional. São Paulo ultrapassou os 12 milhões de habitantes em 2016, segundo estimativa populacional dos municípios divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve um crescimento de 70.346 pessoas, média de 192,7 habitantes a mais por dia, entre 1º de julho de 2015 (11.967.829 hab.) e 1º de julho deste ano (12.038.175 hab.), data de referência do instituto.

Esse grande aumento de população traz consigo diversos problemas relacionados à vida dos habitantes nas metrópoles, neste contexto de grandes transformações. O Planejamento Urbano, segundo José Afonso da Silva, é “um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos” (SILVA, 2006).

Csaba Deák (1999) argumenta:

“ (...) foi a partir do segundo quartel deste século que a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública. Um dos resultados neste sentido é o aparecimento de uma nova atividade governamental com finalidade específica de tratar dessas novas entidades que estavam surgindo: as aglomerações urbanas. É o nascimento do planejamento e particularmente, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo.” (DEÁK; Schiffer, 1999: 12)

No entanto o planejamento urbano já se fazia presente no final do século XIX, onde preocupações com a saúde pública e a necessidade de romper com um passado colonial e ingressar a um “Período Moderno” motivavam as classes dominantes no sentido de promover um “embelezamento das cidades” (VILLAÇA, 1999). Flavio Villaça (1999), professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP, apresenta três períodos que marcaram a história do planejamento urbano no Brasil.

O primeiro entre os anos de 1875 a 1930 quando a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro apresentou relatório utilizando dois conceitos chaves: o de “plano” e o de “conjunto geral ou global” associados ao espaço urbano.

Segundo o autor, esse é o período dos planos de “embelezamento e melhoramentos”, proposta essa conduzida pelo desejo de construir nas cidades em processo de urbanização, destacando as cidades do Rio de Janeiro (na época capital do Brasil) e São Paulo.

O objetivo desta medida era buscar uma representação arquitetônica que deslocasse a cidade do passado colonial, escravocrata e agrário, e colocasse o Brasil em um contexto de modernização e industrialização. Esse modelo de planejamento foi experimentado em outros países, sobretudo no continente europeu, e serviu de referencial para os primeiros planejadores urbanos no Brasil.

“(…) como o lócus de uma nova civilidade forjada ‘à europeia’, em torno da qual se estruturou um processo de modernização que conjugava regeneração, reforma e saneamento moral e físico da sociedade brasileira. Para inscrever-se no ‘concerto das nações’, o país deveria civilizar-se, isto é, sintonizar-se com a Europa, promover uma cultura urbana moderna, capitalista, do trabalho assalariado, do mercado, muito embora-como amiúde aconteceu- se obrigasse a moldar cenários que escondam, pela segregação sócio espacial, os elementos denunciadores da persistência do ‘atraso’ que, dizia-se, queriam superado” (VILLAÇA. 1999: 206).

Percebe-se que o higienismo e a ausência de preocupações das classes dominantes com o conjunto dos habitantes das cidades se traduzia no afastamento, para as margens da cidade, dos habitantes que não alcançavam os indicadores de modernidade e sanidade regulada e fiscalizada pelas “comissões sanitárias”, departamentos que avaliavam e construíam indicadores sobre as moradias. Em última instância, estas comissões apontavam os locais que deveriam sofrer intervenções do Estado, tais como remoções e reocupações.

O segundo período, entre os anos de 1930 e 1992, tem como característica o aumento do número das organizações operárias. Segundo Villaça (1999), esta situação seria reflexo da Revolução de 30, assim como do correlato enfraquecimento da hegemonia das classes dominantes, trazendo para o debate posições mais preocupadas com os impactos causados nas classes populares, pelos planos urbanísticos, refletindo no modo de se realizar o planejamento urbano no Brasil.

A presença das classes operárias nas disputas por espaços na cidade se revelava em intensas críticas às intervenções públicas como a derrubada de quadras inteiras para

construções de novos bairros que atendiam aos interesses de empresas imobiliárias, produzindo espaços de problematização e contenção desses impulsos, antes, praticados sem maior resistência nas décadas anteriores, quando as classes dominantes expunham suas intencionalidades antecipadamente através de planos verticais. Nesse momento os planos passam a uma nova fase:

“É o período do plano intelectual”, que pretende impor-se e ser executado por quem contém ‘boas ideias’, tem base científica e é correto tecnicamente. É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria ‘verdade’ e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua ‘verdade’ bastaria”. (VILLAÇA,1999,204.)

Villaça (1999) divide o segundo momento em três subperíodos:

- Primeiro subperíodo: O do Urbanismo e do Plano Diretor-1930 a 1965.

Em 1930 foram divulgados planos para as duas maiores cidades do Brasil que se destacavam por conterem elementos direcionados à infraestrutura e transporte, conforme Villaça neste momento se mantém “o interesse pelas oportunidades imobiliárias” que as remodelações urbanas oferecem, e nesse sentido o centro da cidade ainda é o grande foco de atenção dos planos. No discurso, entretanto, pretende-se abordar a cidade inteira.

Marcam este período os ‘Planos Agache’, para o Rio de Janeiro, e o ‘Plano de Avenidas de Prestes Maia’, para São Paulo. No plano discursivo emergem as noções de “caos urbano”, “crescimento descontrolado” e “necessidade de planejamento”.

- Segundo subperíodo: Planejamento integrado e os superplanos-1965 a 1971.

Dentro desse período se construiu a concepção de planejamento onde a cidade não poderia ser concebida somente por critérios físicos. Sendo assim, as soluções para os problemas urbanos não passam somente por soluções no âmbito da engenharia e arquitetura.

A cidade passou a ser vista como um organismo econômico e social, gerenciado por um grande aparato político-institucional. Os planos teriam que ser integrados do ponto de vista interdisciplinar.

Seguindo o mesmo princípio de questionamentos e análise Roberto Luiz de Melo Mont-Mor (2008) apresenta um quadro teórico e histórico sobre a evolução do Planejamento Urbano no Brasil onde os processos correntes se enquadravam em um momento de crescimento econômico no Brasil e no Mundo, aliado a conceitos de bem-estar social. Os planos urbanísticos visavam aparelhar estados e municípios com análises e elaboração de planos que dessem conta de seu desenvolvimento.

- Terceiro subperíodo: O Plano sem Mapas- 1971 a 1992.

Villaça (1999) relata que nos anos 70 os planos passam da complexidade técnica e intelectual rebuscada para o “plano singelo”, realizados por técnicos municipais quase sem mapas ou outros diagnósticos que trouxessem para a discussão profundidades sobre os territórios e suas dinâmicas sociais e políticas.

O plano sem mapas somente enumera objetivos, políticas e diretrizes, não trazendo posições antagônicas e críticas aos processos de construção uma vez que a participação popular, nos primeiros momentos, estavam suspensas pelo governo ditatorial que se instalou no país após o golpe militar de 1964.

“... o planejamento urbano no brasil passa a ser identificado com a atividade intelectual de elaborar planos. Uma atividade fechada dentro de si própria, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que procura justifica-las. Na maioria dos casos, entretanto, na verdade, oculta-las” (VILLAÇA, 1999: 222).

O autor aborda sobre o modelo Racionalista-Funcionalista adotado em diversos planos urbanísticos, composto de: Políticas habitacionais; Planejamento local integrado e políticas urbanas que pensem as cidades e seu desenvolvimento discutindo seus resultados e implicações sócioespaciais, dentre eles vale destacar a atuação da SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que gerenciava o sistema nacional de planejamento para o desenvolvimento, que tinha como finalidade induzir os municípios brasileiros a elaborarem planos diretores. Uma característica desses planos segundo Villaça é que:

“... estes planos foram elaborados de maneira totalmente diversa dos planos do século passado e do de Prestes Maia. Enquanto estes consolidavam o pensamento dominante em sucessivas administrações municipais e estaduais, sendo elaborados dentro das prefeituras, os superplanos são peças da mais pura tecnologia, elaborados por especialistas de escritórios privados. Essa prática dominou o período da SERPFAU” (VILLAÇA, 1999: 216).

A tentativa de construção de uma cultura de planejamento nas grandes e médias cidades foi pouco aproveitada, sendo interrompida no período da ditadura militar e retomada ao final desse período, resultando na construção de um Movimento Nacional de Reforma Urbana que teve um papel significativo nas conquistas referentes a modos mais participativos na elaboração de planejamentos e planos de ação, propondo o sentido social da propriedade.

Terceiro período: 1992 até os dias atuais.

Neste período temos como marcador a entrada do Estatuto da Cidade de 2001. Fruto de vários movimentos pela reforma urbana iniciados em 1963, no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, ocorrido em Petrópolis, retomado na Constituição de 1988 nos artigos 182 e 183 que buscam recuperar os princípios discutidos neste seminário e silenciados durante o período de ditadura militar.

Com a entrada em vigor do Estatuto da Cidade, busca-se instrumentalizar a sociedade e o poder público com institutos jurídico/urbanísticos que corrijam os problemas verificados no passado e possibilitem gestar planos que efetivamente estejam com foco na construção de cidades mais justas, sustentáveis e de todos.

Estão, entre estes instrumentos estabelecidos no Capítulo IV – Da Gestão Democrática da Cidade (artigos 43 a 45 – lei 10.257/2001), os Conselhos de Política Urbana; os debates, audiências e consultas públicas; as conferências de desenvolvimento urbano; e a iniciativa popular de projetos de lei e planos.

Os instrumentos acima citados já produziram efeitos práticos dentre os quais se destacam:

- as quatro Conferências das Cidades, realizadas nos anos de 2003, 2005, 2007 e 2010;
- os diversos Planos Diretores elaborados e aprovados no Brasil, onde a participação popular efetivamente se fez presente;
- a obrigatoriedade da existência dos Conselhos Gestores dos Fundos Locais de Habitação de Interesse Social, exigidos pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS – lei 11.124), composto paritariamente (Poder Público e sociedade civil) e que tem a função de:  
I - fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais;  
II - promover ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações desenvolvidas;  
III - dar publicidade às regras e critérios para o acesso a moradias e, em especial, às condições de concessão de subsídios e;  
IV – promover audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais.

Percebemos que apesar de alguns avanços é necessário que seja posto em prática a gestão compartilhada, observamos que neste momento, onde atualmente presenciamos grupos

políticos que estão à frente de várias cidades e que não vêm demonstrando interesse na participação popular como apoio e democratização dos acessos a pensar e realizar a cidade como espaço de inclusão e participação.

“A democratização dos processos decisórios – e do controle social de sua implementação – é fundamental para romper este círculo vicioso e transformar o planejamento da ação municipal em algo não apenas compartilhado pelos cidadãos, mas assumido por estes, produzindo uma interface real com as demandas, pleitos e desejos dos diferentes grupos na cidade. É evidente que este processo é marcado por conflitos – e o papel do poder público (Câmara/Executivo) é promover um processo organizado de escuta e de debate em torno das diferentes opções e suas implicações para a cidade, viabilizando as escolhas e sua implementação. Assim, os planos urbanísticos, os projetos urbanos e a regulação precisam aproximar-se dos cidadãos, estabelecendo um forte vínculo com a cidade real.”( CÂMARA DOS DEPUTADOS Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3 ed., Brasília, Câmara dos Deputados, 2005. págs. 192 e 193.)

A construção de planos diretores desvinculados da gestão urbana, compostos de conceitos que ignoram a maioria da população que demandam transportes públicos, saneamento e drenagem, dentre outras demandas estruturais, resultando em planejamentos que privilegiam uns (empresários do mercado imobiliário, empreiteiras etc.) em detrimento de outros (trabalhadores que moram nas periferias das cidades e contam com pouca infraestrutura urbana) características do modelo racionalista-funcionalista, importado dos países desenvolvidos, da Europa e dos Estados Unidos, os quais tiveram grande adesão em determinados momentos históricos nacionais e servirão como representação (ideológica) de desenvolvimento nacional.

O fracasso dos planos estatais e sua pouca efetividade ou aproveitamento por parte dos legisladores das cidades, no que se refere à potência em ser um instrumento de maior efetividade na mitigação de diferenças sociais e econômicas, revelando os descompassos entre o planejado e o realizado (no caso do Largo da Batata esse padrão torna-se exemplar).

Se constituindo no que Villaça (1999) apresenta como “planos discursos”, onde seu conteúdo é abrangente e problematiza questões centrais do desenvolvimento para as cidades, mas não são cumpridos, ou somente parcelas do plano são aplicadas nas regiões que concentram interesses das classes dominantes.

A região de Pinheiros, desde a metade do século passado, tem sido alvo de um processo de apropriação discursiva e prática de transferência de pessoas de classes média e altas através de planos como o City Pinheiros, constituindo-se no hoje conhecido e demarcado Alto de

Pinheiros, local de habitações da classe média alta e alta.

Planos estatais e urbanísticos têm sido um aparato regulatório com grande flexibilidade que se inclinam para o acolhimento de demandas de quem detêm o poder econômico, deixando a maioria da população à parte das decisões e conseqüentemente privada de benfeitorias que contem com suas opiniões e participações ativas.

Processo esse que tenta ser revertido na construção de planos diretores que acolham as demandas populares, construindo instâncias de participação popular e de especialistas na discussão e aprofundamento de um marco que oriente o desenvolvimento urbano.

Os planejamentos urbanos no Brasil alinhados à propostas neoliberais, que desde o final do século XX se apresenta disfuncional, modelos importados dos países centrais, europeus e da América do norte, aplicados apenas em parte das grandes cidades brasileiras, se caracterizam pela incompletude, agravando a exclusão social, onde o aparato técnico burocrático responsável pela apresentação de projetos e códigos urbanísticos não passam de um subproduto, ligado a interesses tradicionais de grupos específicos, participantes das classes altas e médias da sociedade.

No caso da região oeste da cidade de São Paulo, onde se localiza o Largo da Batata, estes procedimentos têm crescido e se tornado norma operacional que privilegia uns (ricos) em detrimentos de muitos (pobres).

Podemos observar que o Plano de Reconversão Urbanística do Largo da Batata não foge a esse modo operativo, pelo contrário, reforça seus aspectos estruturais que incidem sobre o território, explicitando suas opções de especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos.

Esses aspectos históricos são importantes porque eles apresentam as raízes da especulação do solo urbano no sentido de ampliar suas ofertas ao mercado imobiliário, numa passagem econômica que se tratava da apropriação dos espaços a caminho da valorização de determinadas áreas que mais tarde serviam de campo de novas ocupações em favor das classes economicamente mais favorecidas.

O Largo da Batata tem sido constantemente alterado, obedecendo a ordens internas e externas dos fatores, por sua vez condicionados à formação de um espaço de valorização econômica que não tem levado em conta as dinâmicas pré-existentes. Um instrumento de reconfiguração territorial que atrai investimentos econômicos que transformam os espaços não levando em conta sua história e as pessoas que ali residem, bem como suas demandas e desejos, pouco ou nunca considerados na formulação desses planos urbanísticos. O problema do planejamento e da regulação urbana brasileira é o não comprometimento “com a realidade

concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas” (MARICATO, 2000: 122). Sendo assim, a legislação possui duas faces dentro das cidades.

A primeira face é a cidade legal com uma “detalhada legislação urbanística (flexibilizada pela pequena corrupção, na cidade legal). (MARICATO, 2000, 147).

A segunda face é a cidade ilegal que atua num total *laissez-faire* (MARICATO, 2000). Mas, mesmo que haja comprometimento com uma parte da cidade, “a legislação urbanística não dá conta de constituir-se em instrumento eficaz para o controle do crescimento urbano em prol do interesse público” (CANO, 1990 b: 9).

Os dispositivos de partição têm sido a base para que coletivos e interessados nas intervenções em curso no Largo da Batata se mobilizem na disputa por participações nos conselhos e demais instâncias de atuação popular. Na gestão do prefeito Fernando Haddad (2012-2016), na subprefeitura de Pinheiros, instância administrativa desse território, foram organizadas diversas oficinas envolvendo os coletivos e a comunidade interessada, no sentido de aportar ajustes ao plano previsto para o Largo da Batata e apresentando resultados significativos. Um exemplo são os bancos hoje instalados que foram frutos de oficinas de planejamento desencadeados dentro da subprefeitura com os coletivos que alteraram o projeto original que não previa locais para permanência.



Foto 6 - Imagem do Largo da Batata sem mobiliário urbano. Fonte: Eymard Ribeiro.

Foto 7 - Imagem do Largo da Batata com mobiliário urbano. Fonte: Eymard Ribeiro.



Nas imagens acima podemos verificar a transição de um espaço previsto somente para o deslocamento para um espaço com mobiliários urbanos propondo a possibilidade de permanência de seus frequentadores, esse mobiliário não estava previsto no projeto original e foi conquistado através de intensa participação de moradores e coletivos nos anos de 2014 e 2015. Este é um exemplo da importância de se abrir espaços de participação popular nos processos de decisões sobre espaços comuns de uso coletivo e público.

A relevância da participação popular nas instâncias decisórias é objeto de pesquisa nesta dissertação, a qual buscarei aprofundar no segundo capítulo, quando tratar das intervenções realizadas por coletivos de artistas neste espaço.

Seguindo os apontamentos apresentados, entendemos que as dinâmicas vivenciadas na territorialidade do Largo da Batata, espaço de intensas disputas e resistências, se confrontam com um longo histórico de intervenções e interações, que correspondem a um processo de práticas e reflexões sobre o urbanismo no Brasil e, sobretudo, na cidade de São Paulo. Um recorte territorial que pode revelar dinâmicas operadas e agenciadas, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto.

Observamos no período de pré-carnaval, em 2017, um espaço totalmente cercado por muros, para que investidores comerciais utilizassem esse espaço para divulgar sua marca, num claro esforço da administração municipal atual (João Doria, 2017-atual), que é de intensa política de privatização de espaços públicos, não levando em conta a participação dos

conselhos de participação popular (que nesse caso não foram consultados) e não dando espaços a posições que se colocam contra essas medidas de privatização do que é público.



Foto 8 - Muro instalado no Largo da Batata durante o pré-carnaval de 2017. Fonte: [https://www.change.org/p/prefeitura-regional-de-pinheiros-remova-os-tapumes-do-largo-da-batata?recruiter=137035320&utm\\_source=share\\_petition&utm\\_medium=copylink](https://www.change.org/p/prefeitura-regional-de-pinheiros-remova-os-tapumes-do-largo-da-batata?recruiter=137035320&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink)



Foto 9 - Roda Gigante montada no Largo da Batata, espaço que tem como patrocinador majoritário uma marca de cerveja. Fonte: Veja São Paulo – [www.abril.com](http://www.abril.com)

Neste território que durante os últimos anos vem abrigando discussões sobre suas ocupações, usos, fluxos e permanência, os coletivos de artistas e a sociedade civil, vêm buscando preservar e renovar sua participação junto à subprefeitura, agora denominada prefeitura regional, na perspectiva de problematizar e conservar as boas práticas desenvolvidas nos anos anteriores, que deixaram um legado significativo para esse tipo de atuação popular junto ao governo municipal.

Em seguida, apresentarei um breve histórico do território do Largo da Batata, local central na construção dessa dissertação.

## **1.2 O Bairro de Pinheiros**

Para esse levantamento histórico sobre a formação do bairro de Pinheiros, recorri à fontes que me apresentassem registros documentais e cartográficos para me aproximar das transformações desse território, partindo do presente e caminhando ao passado, desenrolando os fios das conversas, entrevistas, textos, derivas, reuniões e demais agenciamentos que experienciei no desenvolvimento dessa dissertação.

A principal fonte de informações a que tive acesso foi o amplo trabalho sobre o bairro, desenvolvido por Ricardo Baitz em sua tese de mestrado: “O Metrô chega ao centro da periferia em 2004”, que apresenta uma profunda pesquisa sobre o Largo da Batata, resgatando sua historicidade e apontando os primeiros impactos que o Plano de Reconversão do Largo da Batata estava incidindo sobre o território e as pessoas que praticavam esse espaço.

Outras importantes fontes de registros cartográficos e documentais que tive acesso foram o Arquivo Histórico Municipal da cidade de São Paulo, que concentra grande parte das informações que apresento; o jornal de bairro Gazeta de Pinheiros, onde acessei diversas imagens e textos sobre reportagens realizadas no bairro; contatos com livros sobre a história do bairro de Pinheiros e pessoas do bairro que em encontros para conversas foram descortinando, através de suas narrativas, esse território, me oferecendo oportunidades de cruzar informações e histórias que apresentarei a seguir.

O bairro de Pinheiros surge a partir do aldeamento de populações indígenas que foram expulsas da região central da recém-inaugurada ‘São Paulo de Piratininga’. Esse aldeamento sob a providência do padre José de Anchieta, foi conhecido originalmente como Carapicuíba (AMARAL, 1985), local de travessia caracterizado como um local periférico, isolado e que em certa medida protegia os indígenas de serem escravizados, posto que contavam com a proteção dos jesuítas.

“O bairro de Pinheiros foi fundado em 1560, no local havia a aldeia Nossa Senhora dos Pinheiros da Conceição, onde os jesuítas construíram uma capela. O centro do bairro de Pinheiros se concentrou a partir do largo de Pinheiros e o da Batata. Este núcleo ocupado por indígenas e que servia de rota para o sul do país se mantinha afastado do centro da cidade. Apesar desse isolamento em relação ao centro tradicional da cidade, o bairro de Pinheiros funcionava então como caminho de passagem em direção ao sul. Neste momento o aldeamento já demonstra um caráter de centralidade, mesmo que centralidade para a periferia de São Paulo” (MASCARENHAS, P. 29, 2014).

Em livro que apresenta a história do bairro de Pinheiros, Antônio Barreto do Amaral narra que aos poucos esses indígenas foram se dissipando ao ponto de, em 1681, “habitarem em Pinheiros apenas dezesseis indivíduos”. (AMARAL,1985:16) (AMARAL, Antônio Barreto do – O bairro e Pinheiros – São Paulo, 1985, pág. 16).

Nas primeiras representações cartográficas do final do século XIX, apresentadas em registros pesquisados, o bairro de Pinheiros, à época chamado de Vila dos Pinheiros, aparece como um território distante do centro da cidade de São Paulo, como podemos observar na imagem abaixo:

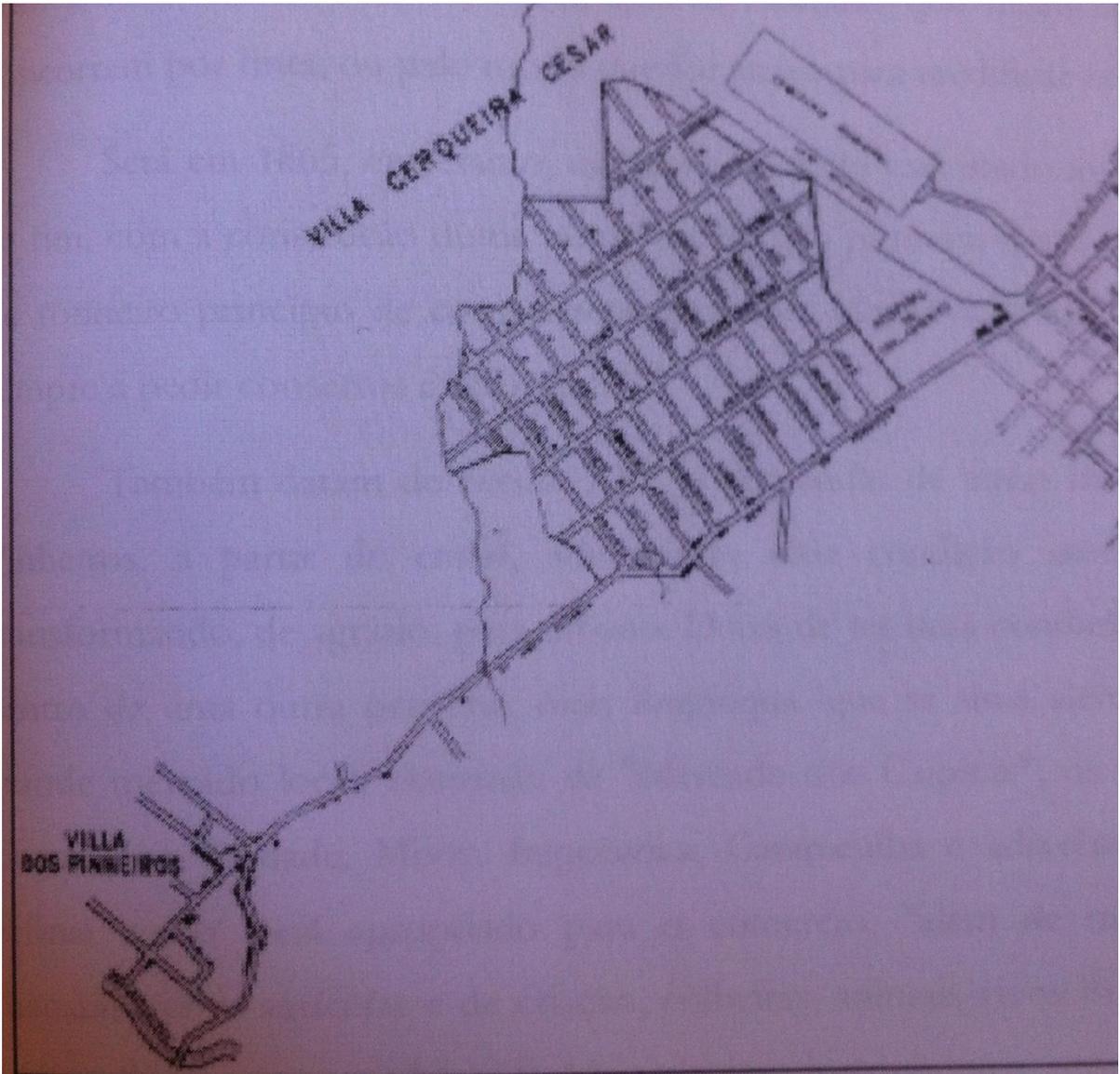


Foto 10 - Detalhe da Vila de Pinheiros. Fonte: Planta Geral da Capital, Gomes Gardim, 1897.

Poucas ruas compõem a região neste período, tendo uma rua principal, que fazia a ligação com a região central da cidade, seguida de poucas ruas transversais, sendo que as ruas Butantã, Paes Leme e Amaro Cavalheiro, existentes até hoje, aparecem com frequência desde as mais antigas cartas consultadas no Arquivo Histórico Municipal, datadas de 1870 e 1914, demonstrando a centralidade deste “antigo quarteirão” nas dinâmicas espaciais da cidade de São Paulo desde o final do século XIX até os dias atuais.

### **1.3 Territorialidades no Largo da Batata**

O local onde hoje se situa o Bairro de Pinheiros se apresenta, desde antes da colonização portuguesa, como importante ponto de conexão e deslocamentos das populações que habitavam o território nos períodos pré-coloniais.

Aproveitando o estreitamento do rio Jeribatuba, hoje chamado rio Pinheiros, esse local era utilizado como ponto de passagem para atravessar o rio, neste ponto se encontrava o caminho do Peabiru, movimentada trilha indígena que passava pela região e conectava a costa sudeste do País à região sul e às terras paraguaias, (CAMPOS 2006). Este caminho, mais tarde, foi utilizado pelos bandeirantes Regis Bitencourt e Raposo Tavares em suas incursões ao interior do território brasileiro.

No século XVII foi construída uma ponte, ampliando as conexões do bairro com as regiões circunvizinhas, aproximando e facilitando a comercialização de sua produção agrícola com as regiões mais centrais da cidade.



Foto 11 - Ponte de ligação do bairro de Pinheiros com a região Oeste. Foto pertencente à Luiza Maria da Conceição, aproximadamente 1910.

A partir do século XIX, o bairro vai passando de um local de produção agrária, a época crescente no outro lado do rio, para um local com características comerciais, sua localização como ponto e passagem se intensifica e no local são comercializados diversos produtos, desde agrícolas como ferramentas e outros utensílios que apoiam essas atividades. Segundo Ricardo Baitz “ deixa de ter uma condição de periferia para se transformar no centro de uma outra periferia, mais longínqua, que se situa além do rio”. (BAITZ. 2005)

Ao mesmo tempo em que a região de Pinheiros transformava suas características de ponto de passagem para os deslocamentos para o sul e oeste, a conexão cotidiana com a região

central da cidade ainda era dificultado pelo terreno íngreme que separava as duas localidades.

Somente a partir de 1908, após obras de aterramento da rua Teodoro Sampaio, o transporte público se aproxima mais da região, através da instalação de uma linha de bondes que saíam da rua Capote Valente (rua localizada na divisa leste do bairro, região mais próxima ao centro, ainda distante da região onde se localiza o Largo da Batata, mais a oeste) em direção ao Largo de São Bento, região central da cidade.



Foto 12 - Aterramento da rua Teodoro Sampaio. Fonte: Gazeta de Pinheiros.

A região foi por séculos um aglomerado pequeno de importância restrita, se expandindo a partir da primeira década do século XX, aproveitando sua posição estratégica de ligação ao sul do país. Essa região se caracterizou como um entreposto, primeiro o Mercado dos Caipiras e mais tarde com a instalação da Cooperativa Agrícola de Cotia, que trataremos mais adiante. Na região, por volta do início dos anos 1900 começaram a se instalar pequenas indústrias, sobretudo, olarias, que ampliaram as ofertas de emprego na região, promovendo um aumento na movimentação e permanência de pessoas no local, ampliando a oferta de serviços e abertura de novos comércios (PETRONE 1963).

No final da década de 1920, a The São Paulo Tramway Light and Power Company Ltda. foi autorizada a canalizar, alargar, retificar e aprofundar os leitos dos rios Pinheiros e seus afluentes. Este processo se deu a partir da Lei Estadual 2249 de novembro de 1927.



Foto 13 - Rio Pinheiros em 1930 com sinalização de retificação do curso do Rio. Fonte: Via Mundo-  
<http://vilamundo.org.br/2011/12/enterrados-vivos-a-saga-dos-rios-de-pinheiros/>

Esse projeto de modernização estava incluso no Plano de Metas, no qual o poder público visava promover na cidade condições que viabilizassem seu desenvolvimento industrial e expansão de moradias, incorporando as várzeas dos rios ao tecido metropolitano, ampliando as áreas para exploração imobiliária da região de Pinheiros.

“A socialização do espaço do rio e das várzeas concretizava a ideia de progresso material da sociedade pela potencialização da natureza como recurso social. Porém esse processo foi perpassado em todos os sentidos pelas formas privadas de apropriação.” (SEABRA, O, 1987.)

O curso do rio Pinheiros, que antes se configurava como um afluente do rio Tietê, foi invertido após a retificação, sendo utilizado para movimentar a recém construída Usina de Traição, para geração de energia elétrica e o abastecimento da represa Billings, projetada para abastecer a região sul da cidade de São Paulo e as cidades vizinhas como São Bernardo, Santo André e São Caetano, cidades que compõe a atual região metropolitana.

Essas transformações sócioespaciais, praticadas na região de Pinheiros, criaram novos eixos de mobilidade e de expansão de usos dos espaços do bairro, criando novas territorialidades, no entanto, o Largo da Batata permaneceu como local de passagem e de paragem para jogos de azar, conversas regadas a cervejas e cachaça nos bares da redondeza. O local também concentrou cursos profissionalizantes, casas de empréstimos, compra e venda

de ouro, vendas de roupas e outros utensílios com preços e créditos possíveis aos frequentadores.

Essas características vêm se mantendo no Largo da Batata, como abordaremos na sequência do texto, agora intensificada com a instalação da estação Faria Lima do Metrô.

## 1.4 Do Mercado dos Caipiras ao Largo da Batata

Em 1910, uma grande safra de batatas foi trazida para o local para serem comercializadas. Cultivadas em grande parte por imigrantes japoneses que chegaram à cidade na primeira década do século XX e se instalaram no interior paulista e nas proximidades da cidade de São Paulo, este fato contribuiu para que o local recebesse o apelido de “Largo da Batata”. A imagem abaixo registra essa ocupação:



Foto 14 - Antigo Mercado dos Caipiras em 1910. Fonte: Gazeta de Pinheiros, acervo Família Goldschidt.

A região foi por séculos um aglomerado pequeno de importância restrita, se expandindo a partir da primeira década do século XX, quando na região começaram a se instalar pequenas indústrias, sobretudo, olarias, que ampliaram as ofertas de empregos na região. No entanto, o marco mais importante foi a inauguração do Entreposto de Pinheiros, atual Mercado de Pinheiros, inaugurado pela administração municipal em 10 de agosto de 1910 (PETRONE, 1963), abastecendo a população do próprio bairro e dos bairros vizinhos como Vila Madalena e Jardins com produtos agrícolas.

Os comerciantes deste mercado eram sitiantes de Cotia, Piedade, Mboy, Itapecerica, Carapicuíba e adjacências, cidades circunvizinhas, comercializavam, “além de mercadorias comuns, fazendas, sítios, chácaras, terras agrícolas e de criação, colheitas, animais vivos isolados ou em manadas, tijolos, telhas, pedregulhos, areia, madeira, lenha, instrumentos agrícolas, etc” (BAIZ,1994).

Em 1927, por conta do excesso de produção de batatas e seus impactos nos preços, um grupo de agricultores produtores de batatas e outras culturas iniciou modos de venda cooperativado para controlar a produção e venda de suas produções e em 1933 é fundada a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batatas em Cotia S.A., aceitando lavradores de todos os ramos de cultivo como associados, construindo um amplo galpão onde podiam armazenar seus produtos e gerenciar sua comercialização.



Foto 15 - Imagem do Armazém da Cooperativa Agrícola de Cotia em 1930. Fonte: Gazeta de Pinheiros.

A instalação da Cooperativa na região impulsionou a dinâmica econômica do bairro, atraindo diversos empreendimentos comerciais ao seu entorno, predominantemente comércios geridos por nipo-brasileiros, que aproveitaram a movimentação de pessoas atraídas pelo Mercado Municipal e pela Cooperativa instalando no bairro comércios e restaurantes com culinária japonesa, marcando sua presença cultural no território. (Chegada na primeira metade do século 19.)



Foto 16 - Imagem de comércio no entorno do Largo da Batata em 1930. Fonte: Catraca Livre.

Em 1940, a região passa a receber galpões fabris e o incremento populacional é sentido através do surgimento de novas construções no bairro que se constituíam em sua maioria unidades residenciais de baixa renda, erguidas entre as décadas de 1930 e 1940.

Entre as décadas de 1950 e 1960 a população do bairro recebeu um incremento de mais de 20 mil habitantes, passando de 47 mil para 67 mil habitantes.

Acompanhando os eixos de pequenos comércios do bairro, ao longo da Rua Butantã, de ambos os lados, e nas quadras subsequentes, as construções avançaram e os terrenos vazios foram tornando-se escassos ao longo do tempo.

Em 1950 foi proibido o comércio atacadista dentro das dependências do Mercado Municipal. Essa medida oportunizou a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC a ter no Mercado Municipal seu principal ponto de escoamento e comercialização diretos à população.

Atualmente restam poucos vestígios das atividades atacadistas na região, em 1960 a CAC transferiu sua sede para a região do Jaguaré, mais próximo ao recém instalado Entrepasto Terminal São Paulo, atualmente controlado pela Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP. A CAC não resistiu aos prolongados anos de crise econômica, fechando suas atividades no ano de 1994.

## 1.5 Crescimento demográfico, comércio varejista e serviços

Até meados dos anos 1930 a região se mantinha relativamente isolada do restante da cidade, o que, segundo Pasquale Petrone (1963) contribuiu para que o local se apresentasse como importante “Abastecedor de uma população rural que se distribuía ao longo dos primeiros quilômetros dos referidos caminhos, tornando-se complementarmente, um centro redistribuidor de produtos agrícolas vindos especialmente das áreas rurais”. (PETRONE, 1963:126).

Nesta década, Pinheiros é reconhecido como um subcentro na cidade de São Paulo, localizado em uma região de uso misto, residências e comércios se misturam na paisagem do entorno, ao mesmo tempo antigos casarões dão lugar a novas edificações, adensando mais a ocupação do solo.

Desde 1940 a população de Pinheiros vem aumentando rapidamente, tendo sua população triplicada ao longo de 30 anos. Nos anos 1960, Pinheiros já se encontrava amplamente incorporado às áreas de expansão e deslocamentos das classes médias e altas de São Paulo, que gradativamente migravam das regiões centrais da cidade para o vetor sudoeste, que inclui a região de Pinheiros.

A partir dos anos 1950 o bairro passa por uma grande valorização econômica de seu território, que se realizou a partir do calçamento das ruas e canalizações dos córregos. Nesta década iniciam as grandes migrações de populações da região nordeste e norte do país, que vêm São Paulo para trabalhar nas indústrias que se instalavam na cidade e em cidades vizinhas e na construção civil que demandavam grandes contingentes de trabalhadores. Edifícios de comércio e empresas são erguidos na região central da cidade, caracterizando a verticalização da paisagem urbana, ao passo que condomínios e vilas residenciais de alto padrão são instalados em bairros centrais ou próximos ao centro da cidade e conjuntos habitacionais destinados aos trabalhadores são construídos nas periferias, marcando as separações territoriais e de classes sociais.

Parte significativa dessa população, empregada ou em busca de inserção no mercado de trabalho nas regiões centrais da cidade, circula pelo Largo da Batata, seja para acessar o transporte para as periferias e cidades vizinhas, onde conseguem estabelecer domicílio, ou para se encontrarem nos salões de baile que se distribuem nas imediações do Largo da Batata, neste momento um local de comércio e lazer popular.

O procedimento de retificação do Rio Pinheiros, concluído nos anos 50, abriu novas áreas para construção de novos loteamentos, atraindo populações de classes mais altas que

iniciam suas ocupações, construindo casas de alto padrão se divisando com os moradores locais que se mantinham em pequenas casas. Esse modelo de ocupação se faz notar claramente nos dias de hoje, onde há no mesmo bairro locais onde as residências são de alto padrão que se divisam com locais onde as residências se caracterizam mais por assobradados geminados, dispostos em ruas de utilização mista: comércio, serviços e residenciais.

Em 1966 é inaugurado, no Bairro de Pinheiros, o Shopping Iguatemi, primeiro empreendimento desse tipo na cidade de São Paulo, denotando a intenção de transformar a região em um local de frequência de pessoas das classes mais abastadas, que começam a se instalar na vizinhança, promovendo uma alta nos preços dos terrenos e elevando o custo de vida no entorno, provocando a transferência das pessoas que antes habitavam a região para bairros mais distantes, onde o custo de vida e os preços das moradias são mais viáveis ao padrão econômico de trabalhadores assalariados. No ano seguinte, em 1967, iniciam as primeiras obras de alargamento da então Avenida Iguatemi, impulsionadas pelo, à época, prefeito da cidade de São Paulo, José Vicente Faria Lima, que hoje dá nome à avenida.



Foto 17 - Avenida Faria Lima em obras de ampliação, 1970. Fonte: -<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/e4/66/27/e46627141538609ea594036263049805.jpg>



Foto 18 - Avenida Faria Lima atualmente, 2017. Fonte: A cidade como eu quero - WordPress.com.

Desde essa época é notória a opção de prefeitos em transformar essa região em um lugar mais valorizado do ponto de vista das classes média alta e alta, com a intenção deles ocuparem esse território. Esses processos de transformações urbanas se caracterizam pela utilização de recursos públicos para interesse privados, o que marca esse e os demais processos urbanísticos dentro da chave dos interesses imobiliários especulativos, em detrimento de políticas que levem em conta a manutenção e permanência das populações que habitam o território no momento.

Em janeiro de 1968, a Lei Municipal número 7.104 estabelece o Plano de Melhorias. Neste momento iniciam-se as desapropriações de imóveis para o alargamento da avenida Iguatemi, hoje chamada Faria Lima, conectando o bairro do Itaim ao de Pinheiros e buscando construir uma ligação territorial que impulse a instalação de novos conjuntos comerciais e empresariais.

O local onde se situava o Mercado dos Caipiras e, posteriormente, o Largo da Batata, foi engolido pelo novo traçado da avenida Faria Lima. Em 1971, uma nova edificação foi construída ao lado da CAC para abrigar o Mercado Municipal de Pinheiros e no local antigo foi instalado um terminal de ônibus, que até hoje conecta a região oeste às cidades vizinhas e ao centro da cidade.

Neste momento, o Largo da Batata se torna um terminal de ônibus, não mais um mercado de produtos agrícolas, e neste processo novos personagens começam a ocupar o território.



Foto 19 - Terminal de Ônibus Largo da Batata em 1973. Fonte: Catraca Livre.

Em meio a essas novas configurações, o Largo da Batata começou a apresentar-se como um território que vem agregando novos grupos, que utilizam o terminal de ônibus para deslocamentos: idas e vindas de pessoas que se dirigem ao centro da cidade e às periferias. Ao mesmo tempo são inauguradas em seu entorno casas de entretenimento: salões de forró e casas de shows com apresentações de músicos da, então, vanguarda paulistana, atraindo públicos diversos que geraram uma vida noturna bastante agitada.

Segundo o compêndio aqui apresentado, observamos que o Largo da Batata, no século XX, passou por dois importantes ciclos: num momento houve a concentração do comércio de alimentos produzidos por agricultores do cinturão verde, habitantes das cidades vizinhas de São Paulo e das periferias da cidade, sobretudo, do eixo oeste; em outro momento a concentração de terminais de ônibus e, portanto, maior circulação e permanências de pessoas, associado a um crescente aumento do comércio popular e do lazer. O território vai se constituindo em ocupações mistas, concentrando residências, comércios e serviços justapostos, caracterizando a complementação dos usos do espaço.

## 1.6 A “Deterioração” do Largo da Batata

O intenso fluxo de pessoas e produtos e o pouco investimento social e urbanístico no local nos anos 70 e 80, imprimiram ao lugar uma conotação de “espaço degradado”, sendo visto e divulgado como um local “deteriorado”. Paralelo ao significado negativo atribuído ao local, emergem neste período interesses especulativos. A partir de então, o Largo passa a ser alvo de planos de remodelagem urbana tal como do chamado Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

Importante salientar que a consideração de um local como deteriorado implica avaliações estéticas, morais e ideológicas. Indica uma percepção negativamente difusa, mas que, em vários casos, emerge publicamente em meio a interesses econômicos de grupos específicos em cada época. Segundo Ermínia Maricato (2003):

“... as obras de infraestrutura urbana (neste contexto), alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais”. (MARICATO.2003: XX)

Na cidade de São Paulo são recorrentes os planos urbanísticos marcadamente pautados pela perversa utilização de recursos públicos para interesses privados, que utilizam a estratégia de ressignificação espacial baseados na instalação e reconfiguração de equipamentos culturais, para a produção de um “culturalismo de mercado” (ARANTES, O, 2002) como estratégia de “revitalização”. Supõe-se que os equipamentos existentes no território não produzem cultura, quer dizer, não produzem a “cultura” desejada e acolhida pelas novas classes sociais que desejam ocupar o território. Neste sentido, o Largo da Batata é um local privilegiado para observação e análise dessas práticas.

No próximo capítulo buscarei apontar aspectos relacionados aos processos de “revitalização” operados no território e destacar a participação dos coletivos artísticos como um contraponto a esse processo, realizando operações que buscam desmontar ou atenuar os aspectos perversos implícitos nessa dinâmica de ocupação territorial, apresentando ações e reflexões sobre esse espaço através da participação popular junto às tomadas de decisões referentes à ocupação e uso neste território.

## **Capítulo 2 - Reconversão Urbana no Largo da Batata, operações Urbanas Consorciadas e Coletivos Artísticos**

Neste capítulo apresentarei, brevemente, um levantamento histórico sobre o processo de reconversão urbana aplicado no largo da Batata e sua interface com as práticas de coletivismo artístico realizadas nesse território, destacando a atuação do Coletivo “BatataMemo!”.

As transformações que vêm ocorrendo no bairro de Pinheiros e mais especificamente no Largo da Batata, tais como: verticalização, mudanças no padrão fundiário e substituição das classes sociais ali presentes vêm ocorrendo a partir do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata e da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, iniciados na década de 1990.

A partir desses processos, o local vem recebendo um conjunto de obras que tem contribuído para uma nova produção simbólica desse espaço, como já dissemos anteriormente o Largo da Batata se constituiu como um centro de comércio popular que foi sendo transformado através dos processos de intervenção impostos pelo Estado aliado aos empreendedores imobiliários a favor da circulação e reprodução do capital contra aquele espaço dito degradado e improdutivo.

Em contraponto aos processos de urbanismo, dentro da chave de planejamento urbano no Brasil, os movimentos de resistência e de luta pelo Largo da Batata, que se manifestam, recentemente, contra as imposições do poder público, do capital e da gentrificação, que ali foram aplicadas e verificadas, vêm surgindo e se apresentam como táticas de preservação e incidência popular na luta pelo uso do espaço do Largo.

Estes movimentos nascem como contestação ao que o poder público esperava que aquele espaço se tornasse: um lugar neutro e vazio para que as pessoas não o utilizassem, porém, o que vem acontecendo são lutas pelo lugar, luta pelo direito à cidade e um combate à lógica vigente que move o urbano.

Sendo assim, poder público, especuladores imobiliários e investidores privados que têm interesse na transformação deste espaço da cidade se deparam com movimentos de resistência que se instalam no local, explicitando as disputas sobre o solo urbano e seus interesses econômicos em detrimento das ocupações preexistentes no local.

Tive a oportunidade de acompanhar esse território ao longo dos anos de 2015, 2016 e começo de 2017, participando de reuniões em conselhos participativos, encontros de elaboração de ações, atividades em campo, entrevistas e algumas derivas pelo território.

Nestes encontros pude acompanhar narrativas e práticas que colaboraram para a construção do texto a seguir.

## **2.1 Operação Urbana Consorciada Faria Lima**

A Operação Urbana introduziu o conceito, então inovador, de financiamento de obras públicas através da venda de "potencial construtivo adicional", que possibilita a arrecadação de fundos pela prefeitura com a iniciativa privada através da emissão e venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo - CEPAC, fundo criado e destinado a custear obras do plano de intervenção.

Essa Lei foi modificada em 2004 através da nova Lei 13.769, que incorpora a Operação ao Estatuto da Cidade, mudando seu nome para Operação Urbana Consorciada Faria Lima.

As Operações Urbanas, Lei 10.257/2001, se define, teoricamente, como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

O Estatuto da Cidade de 2001 dispõe que o perímetro da operação seja definido em lei específica, criando-se quantidades de metros quadrados virtuais a serem vendidos para empreendimentos interessados em edificar além do permitido pelo zoneamento original.

“O instrumento da Operação Urbana Consorciada não é novo, e já apareceu – sob configurações e nomenclaturas diversas e nem sempre idênticas às regulamentadas agora no Estatuto da Cidade – em Planos Diretores de muitas cidades brasileiras. Uma mostra da maleabilidade do instrumento para responder a interesses muito diversos está no fato de ele ter sido regularmente defendido e em alguns casos implementado por administrações paulistanas ideologicamente e eticamente tão diferentes quanto as de Mário Covas, Jânio Quadros, Luiza Erundina, Paulo Maluf, Celso Pitta e Marta Suplicy. ” (MARICATO, E, 2003.)

As Operações Urbanas Consorciadas podem ser pleiteadas para qualquer parte da cidade, embora a maior parte das propostas estejam concentradas na Zonas Oeste, região onde se localiza o Largo da Batata e a avenida Faria Lima.

“Uma Operação Urbana é a execução de um plano de renovação, promovido em porções do território municipal, cuja potencialidade de desenvolvimento apresenta-se ampliada em razões investimentos públicos, realizados ou propostos, e

onde existe interesses da municipalidade e de agentes privados na sua promoção. A oportunidade da ação está, em geral, relacionada à possibilidade do investimento público em capacitar uma área envoltória para a intensificação de sua utilização, seja pela oferta de infraestrutura suplementar, seja pela neutralidade ou supressão de fatores de desqualificação ambiental. A vitalidade econômica da intervenção depende do interesse dos investidores privados em adquirir, da Prefeitura, direitos adicionais aos da legislação regular de zoneamento.” (São Paulo (cidade) Secretaria Municipal de Planejamento. Operação Urbana Faria Lima. São Paulo, 2000, pág. 6)

Essas Operações têm como conceito-chave a Outorga Onerosa do Direito de Construção, mediante à aquisição de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC.

Os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SP URBANISMO, utilizados como meio de pagamento de Contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m<sup>2</sup> para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC. A oferta pública primária dos CEPAC é realizada através de negociação no Mercado de Balcão Organizado da BOVESPA. Uma vez alienados em leilão, os CEPAC podem ser negociados livremente no mercado secundário, até que sejam vinculados a um lote dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal de Finanças no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da SP URBANISMO, Coordenadora das Operações Urbanas Consorciadas, realiza as emissões de CEPAC para o financiamento de intervenções dentro dos perímetros das Operações Urbanas Consorciadas. As Intervenções e suas características são definidas e priorizadas pelo Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada.

Os recursos obtidos com as distribuições públicas de CEPAC destinam-se exclusivamente ao pagamento das Intervenções aprovadas pelo Grupo de Gestão. A Caixa Econômica Federal é responsável pela fiscalização do emprego dos recursos e pelo acompanhamento das referidas Intervenções, assegurando a suficiência e veracidade das informações prestadas pelo Município ao mercado.

Através desse instrumento, os proprietários interessados em usufruir uma permissão extraordinária para construção além do zoneamento original podem adquirir títulos públicos realizando uma operação de excepcionalidade à lei comum, mas mesmo assim “legal”, por adequar-se às condições da Operação Faria Lima.

Os valores recebidos através da venda desses títulos são aplicados na área da Operação Urbana, suscitando uma nova onda de especulação que favorece interessados nos benefícios proporcionados pelas obras da administração pública que prepara o terreno e legaliza essas operações para receber os investidores privados interessados em ocupar o espaço com novas construções e edificações, no caso a própria avenida Faria Lima é o espaço urbano a ser transformado, substituindo as antigas construções, consideradas degradadas e deterioradas, dando espaço para instalação de novos empreendimentos e edificações.

As parcerias público-privadas não é uma ideia que surge no Brasil, iniciam-se nos Estados Unidos e na Europa nos anos 70 com um processo paulatino de déficit de arrecadação do estado e aumento no custo de vida, se anunciando como um agenciamento de corresponsabilidade sobre a gestão das cidades, onde todos os agentes, em tese, participam da produção dos espaços urbanos. “É daí que nasce a noção de “governança”, muito usada hoje na Europa, e que valoriza a participação da sociedade civil organizada – geralmente em nível local – nas instâncias decisórias dos processos de gestão.” (Ferreira, J, 2001.)

Embora a ideia da parceria incorpore essas noções de participação da sociedade civil organizada, através de associações locais, é notório que no caso das Operações Consorciadas a iniciativa privada ganha um papel de destaque, sobretudo pelo volume de capital de que dispõe e de suas articulações políticas partidárias, em um momento onde as campanhas políticas demandam de investimentos privados e empresariais para se impulsionarem nos cenários de disputas políticas eleitorais.

A equação está posta na possibilidade do Estado, pelo seu poder regulador, trabalhar com incentivos que tornem a participação direta nas melhorias urbanas, através da aquisição de Certificados de Potencial Adicional Construtivo, atraindo a iniciativa privada a adquirir espaços de participação na elaboração das benfeitorias previstas para os territórios, que

retornarão como benefícios para os investidores por meio da exploração dos comércios, serviços e demais atividades selecionadas pelo grupo de investidores.

## **2.2 Concurso Público do Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata**

Realizado entre janeiro e maio de 2002, o concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata, etapa da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, foi promovido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, através da Secretária Municipal de Planejamento Urbano - SEMPLA; EMURB - Empresa Municipal de Urbanização; Secretaria de Implantação das Subprefeituras e Administração Regional de Pinheiros (hoje Prefeitura Regional de Pinheiros), em conjunto com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB - Departamento de São Paulo, entidade organizadora do concurso.

Arquitetos de todo o Brasil se mobilizaram para apresentar propostas para a região do Largo da Batata que seria reformulada por conta da implantação de uma estação do Metrô, a estação Faria Lima.

Os parâmetros para a obra contavam com um orçamento de 60 milhões de reais com uma previsão de entrega em três anos e um termo de vinculação da equipe vencedora à execução da obra, significando, segundo BAITZ (2004): “o que traduz esse concurso como uma tomada de melhor proposta, e não um simples concurso de ideias”, podemos observar esse tema na Ata de Julgamento do Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata, segundo a comissão julgadora na parte concernente às observações:

“Tratou-se de um concurso para a contratação de um projeto com previsão de execução imediata e não apenas de um ‘concurso de ideias’ que, por melhor que sejam raríssimas vezes são aproveitadas” (Ata de Julgamento da Comissão Julgadora do Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata, de 13 de maio de 2002 (São Paulo). Fonte: [http://vitruvius.com.br/institucional/inst037\\_ata.asp](http://vitruvius.com.br/institucional/inst037_ata.asp)).

A escala das intervenções propostas pelo edital visava a redefinição do Largo da Batata e do Largo de Pinheiros, unindo os dois territórios e suas adjacências, compondo um grande espaço conectado como podemos observar no mapa abaixo:

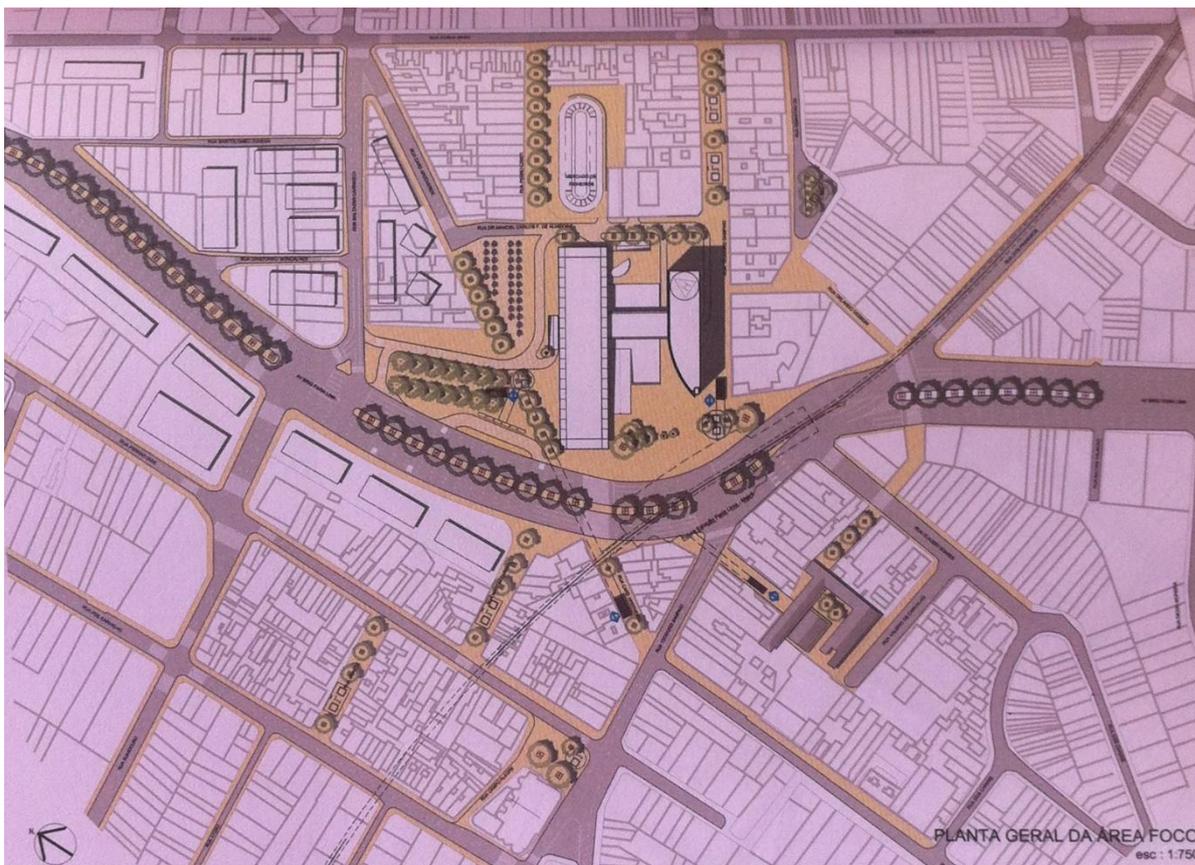


Foto 20 - Projeto de Tito Livio Francino, ganhador do concurso público nacional - Reconversão Urbana do Largo da Batata. Fonte: Ricardo Baitz.

Segundo referendado no edital, a IAB propõe premissas e critérios de atuação:

“Dois fatores infraestruturais se apresentam como premissas fundamentais, com as quais as propostas apresentadas deverão se medir, ressaltando as interfaces, interferências e desdobramentos específicos. São eles, segundo seus âmbitos de abrangência:

- Construção da estação Faria Lima do Metrô – linha 4 – associada à implantação do terminal intermodal (ônibus-metro) em Vila Sônia: este deverá interceptar e captar o itinerário dos ônibus intermunicipais que atualmente afluem ao terminal existente no Largo da Batata e arredores. Cabe ressaltar que o projeto da estação já está pré-definido pelas instâncias estaduais competentes, fugindo à governabilidade do Município, e que recursos para investimentos no Metrô não fazem parte da verba disponibilizada para esta intervenção de reconversão urbana municipal.

- Redirecionamento, reorganização e remanejamento do atual terminal de ônibus do Largo da Batata para área a ser proposta (indicativamente na Rua Capri, próximo à confluência da Rua Paes Leme com a marginal do rio Pinheiros), tendo em vista promover a intermodalidade ônibus/trem metropolitano que corre ao largo do rio Pinheiros (linha Grajaú-Osasco)/Metrô estação Pinheiros da linha 4.” (IAB/SP, EMURB, SEMPLA e ARPI – CDRom Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata (Termos de Referência), São Paulo: IAB/SP, 2001. Pág.

A linha de Metrô que tem a estação Faria Lima como uma de suas estações faz parte da linha 4, que prevê uma conexão do centro da cidade na Estação da Luz, importante estação de conexão com trens e metrôs, indo até a Vila Sônia, bairro localizado na zona oeste próximo à divisa oeste da cidade. Abaixo mapa das linhas de Metrô e trens da cidade de São Paulo.

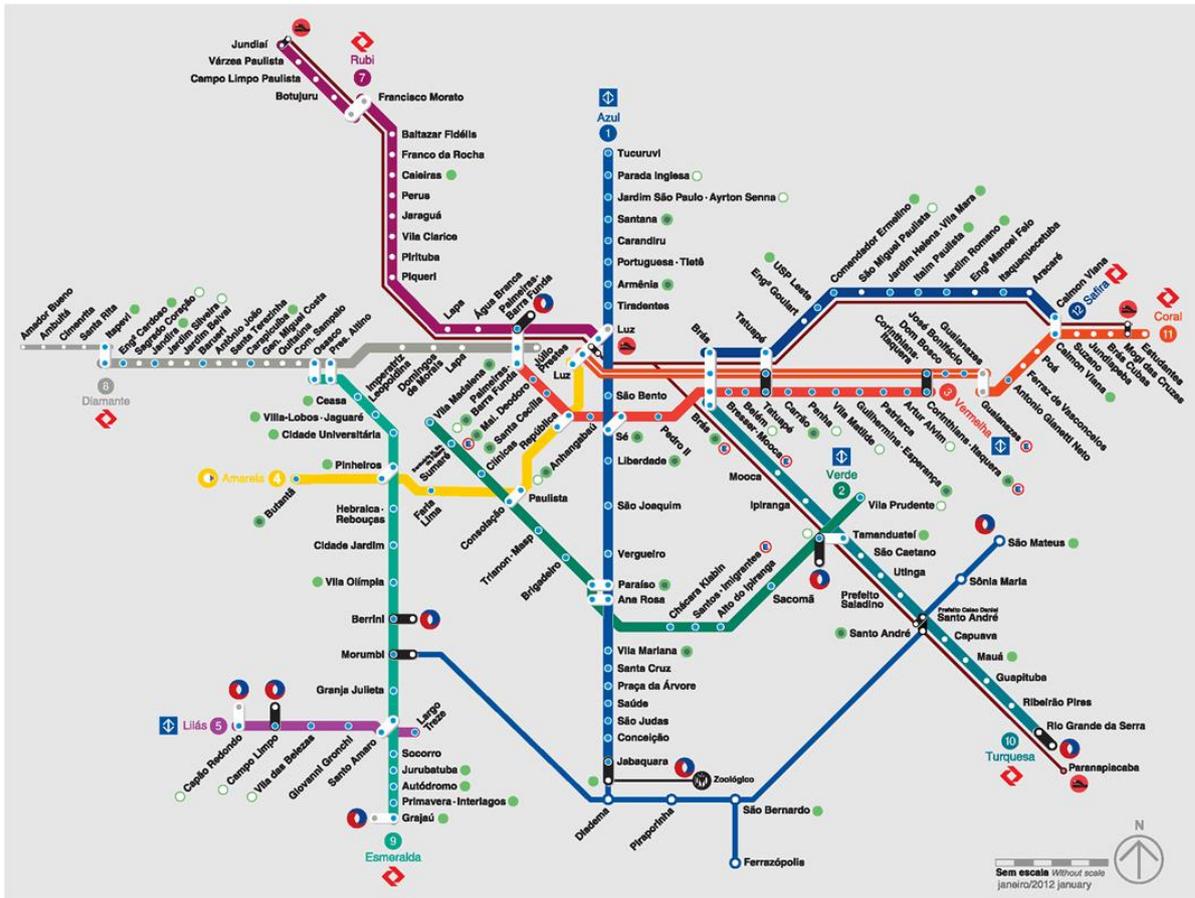


Foto 21 - Imagem das linhas de Metrô e trens na cidade de São Paulo e região metropolitana. Fonte: [https://www.google.com.br/search?q=gens+da+roda+gigante+instalada+no+Largo+da+Batata+em+2017&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj7\\_3wyIjUAhULf5AKHTUYAAAYQ\\_AUICyGc&biw=1366&bih=638#tbn=isch&q=mapa+das+linhas+de+metro+e+trem+sp&imgsrc=V6B0gq2aAFOP6M:](https://www.google.com.br/search?q=gens+da+roda+gigante+instalada+no+Largo+da+Batata+em+2017&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj7_3wyIjUAhULf5AKHTUYAAAYQ_AUICyGc&biw=1366&bih=638#tbn=isch&q=mapa+das+linhas+de+metro+e+trem+sp&imgsrc=V6B0gq2aAFOP6M:)

O Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata se mostra como uma estratégia imobiliária e fundiária, pautado por interesses privados que desejam reconverter o local, absorvendo características logísticas que se construíram no espaço através da sua centralidade comercial, instalando novos centros empresariais e novos centros comerciais, trazendo para a região uma mudança em seus fluxos e frequências.

Para a geógrafa Ana Fani Carlos, a Operação Urbana, onde a Reconversão Urbana do Largo da Batata se insere, “é uma estratégia de reprodução do espaço, uma aliança entre

Estado, promotores imobiliários e setor financeiro, é institucionalizada e entendida como uma artimanha de dominação”.

“A mobilização do espaço tornou frenético o fluxo de capital, produzindo a destruição dos antigos lugares em função da realização de interesses imediatos em nome de um presente programado e lucrativo, trazendo como consequência a mudança nos usos e funções de áreas que passam a fazer parte, novamente, do fluxo de troca. Desse modo a organização do processo de reprodução do capital, em escala cada vez mais ampliada impõe seus efeitos sobre a estrutura urbana, que se apresenta como expressão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que a concentração espacial dos recursos corresponde a uma necessidade ditada pela exigência da acumulação” (CARLOS, 2001:16).

A Reversão Urbana do Largo da Batata, se inserida nas Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima como processo de “revitalização”, no sentido de trazer ao local uma nova “vida”, uma vitalidade perdida por uma “degradação” que foi pela gestão pública, segundo o site da Prefeitura da cidade de São Paulo:

“A Reversão Urbana do Largo da Batata proporcionará benefícios como valorização ambiental, melhor ordenamento do fluxo de veículos, integração de transportes públicos e inclusão de espaços culturais. Isto será realizado com a plantação de novas árvores e preservação das existentes, implantação de praças e calçadas para melhoria de circulação dos pedestres, alargamento de ruas e criação de um terminal de ônibus junto à futura estação Pinheiros do Metrô. A obra constitui na execução de obras e serviços relativos à reversão urbana do Largo da Batata, contemplando:

- Novo traçado da avenida Brigadeiro Faria Lima;
- Urbanização da Esplanada (Nova Praça de Pinheiros) (setor Leste);
- Configuração de calçadas com acesso veicular controlado;
- Complementação Viária da Rua Baltazar Carrasco / Rua Sumidouro;
- Alargamento da rua Sumidouro;
- Alargamento da rua Eugênio de Medeiros;
- Ligação Cardeal Arcoverde com rua Manuel Carlos de Almeida;
- Ligação da rua Butantã com a rua Padre Carvalho;
- Alargamento da rua Capri;
- Adequação geométrica entre as ruas Capri, Eugênio de Medeiros e Paes Leme;
- Terminal de ônibus da rua Capri e Edifício de Apoio;
- Execução da Nova Praça Pinheiros;
- Execução de Estações de transferência – Ônibus / Metrô.

(Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo. [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/sp\\_obras/empresa/index.php?p=24640](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/sp_obras/empresa/index.php?p=24640), pesquisado em 30/06/2017.)

Este projeto foi iniciado na gestão do prefeito Fernando Haddad (2012-2016) mas ainda não está totalmente concluído e foi bastante modificado, ora por inadequação com a real característica do terreno, ora pela intensa participação popular nos processos.

O projeto paisagístico previa para o Largo da Batata uma ampla área aberta, onde seriam plantadas árvores para gerar sombras no local. Ocorre que o terreno da praça é uma laje com pouca profundidade, o que impede o crescimento das espécies de árvores propostas. Outra característica desse projeto é a ausência de mobiliário urbano, caracterizando o local como um grande espaço para deslocamento e não para permanência.

Neste processo percebemos a intenção de criar um espaço urbano homogêneo que servisse aos interesses da especulação imobiliária e disputa do solo que se dão “pela fragmentação do espaço existente, fragmentando seus usos, suas formas e funções” (SEABRA, O, 2003). Porém, ao mesmo tempo, nem todos os espaços se encaixam neste movimento, criando fissuras ou resíduos de espaços remanescentes, que guardam seus usos anteriores, o que se torna um enclave no projeto de homogeneização em curso.

Uma das maneiras de superar esse incômodo é a qualificação de espaços deteriorados que demandariam revitalizações, supondo que não há vida antes desses interesses e que pressionam o Poder Público à iniciativas que impulsionem esse modelo de desenvolvimento em detrimento de outros que levariam em conta a participação popular em sua formulação, retomando Seabra: “Por mais abstrata que seja a reprodução do espaço, a dominação política e o processo de valorização os revelam como processos práticos.” (SEABRA, O, 2003)

O Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata se mostra como uma estratégia imobiliária e fundiária, pautado por interesses privados que desejam reconverter o local, absorvendo características logísticas que se construíram no espaço através da sua centralidade comercial, instalando novos centros empresariais e novos centros comerciais, trazendo para a região uma mudança em seus fluxos e frequências.

Para a geógrafa Ana Fani Carlos, a Operação Urbana, onde a Reconversão Urbana do Largo da Batata se insere, “é uma estratégia de reprodução do espaço, uma aliança entre Estado, promotores imobiliários e setor financeiro, é institucionalizada e entendida como uma artimanha de dominação”.

“A mobilização do espaço tornou frenético o fluxo de capital, produzindo a destruição dos antigos lugares em função da realização de interesses imediatos em nome de um presente programado e lucrativo, trazendo como consequência a mudança nos usos e funções de áreas que passam a fazer parte, novamente, do fluxo de troca. Desse modo a organização do processo de reprodução do capital, em escala cada vez mais ampliada, impõe seus efeitos sobre a estrutura urbana, que se apresenta como expressão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que a concentração espacial dos recursos corresponde a uma necessidade ditada pela exigência da acumulação.” (CARLOS, 2001:16)

### **2.3 Reterritorializações no Largo da Batata**

Uma das estratégias utilizadas nestes processos de reterritorialização é a atração de centros culturais, onde percebemos a utilização dessas instituições como mais uma das maneiras de representação idealizada para o Largo da Batata que conta com a participação do SESC Pinheiros e do Instituto Tomie Othake como uma representação referencial dos modos de produção pós-modernos, apontado por Stuart Hall, se tencionam e imbricam em utilizações direcionadas à ocupação dos territórios em processos de valorização capitalista, como aponta Otília Arantes:

“ O “tudo é cultura” que parece ter-se inaugurado nos idos de 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de culturalismo de mercado. De tal forma que a cultura que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado, ao tornar-se imagem, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação, acabou moldando, de um lado, indivíduos que se auto identificavam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocando em miúdos, esse é o verdadeiro “poder da identidade”. Daí a âncora identitárias da nova urbanística. E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitárias recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. ” (ARANTES, O. Uma estratégia Fatal, in A cidade do Pensamento Único, 2002.)

Nesse processo de reurbanização, por sua vez, está em curso uma expansão dotada de um padrão de urbanização, mediado exclusivamente pelas regras do mercado imobiliário, num campo de consultoria, construção e instalação de empresas ligadas sobretudo às corporações multinacionais, concentrando grande poder de decisão quanto aos rumos da expansão metropolitana.

Isso resulta, sem dúvida, em um declínio gradativo da vida pública, não só porque vão sendo produzidos espaços desertos, um pouco semelhantes aos subúrbios norte-americanos, mas também porque esse tipo de associativismo empresarial tende, ao representar apenas fortes grupos privados, a submeter o poder público à sua lógica de interesses, numa sincronia com a atual fase do capitalismo em que a dimensão política é cada vez mais subordinada apenas à ordem econômica.

No caso da territorialidade representada pela Marginal Pinheiros, articula-se uma urbanização de apartação e segregação com consequências muito sérias para a metrópole, já que mediado majoritariamente por regras do mercado imobiliário, atende prioritariamente a clientes específicos (no caso várias empresas sobretudo do setor terciário, muitas delas saindo das áreas centrais). Uma representação popular reivindica pertencimentos e permanências, indo de encontro a interesses econômicos especulativos, buscando inserção nas discussões postas no território e uma das táticas tem sido as intervenções propostas pelos coletivos de artistas.

O que presenciei durante o período de pesquisas no Largo da Batata foi a presença de pessoas em circuitos de discussão sobre os desenvolvimentos que ocorrem nesse local. Nestas discussões pude constatar a presença de empresários, funcionários públicos, moradores, comerciantes e artistas que utilizaram dos conselhos participativos para apresentar suas posições, críticas e contributivas para que o Largo da Batata ganhasse, e não perdesse, com os remodelamentos que se estão em curso.

Esse processo participativo tem ocupado e problematizado a ocupação desse espaço, resta agora observar qual o desenrolar dos acontecimentos nas ações neste novo governo municipal e sua disponibilidade em manter aberto as trocas.

De outro lado, poderemos ver como se comportam os coletivos e demais sujeitos sociais neste novo contexto, quais serão os desdobramentos de sua construção histórica, quais aspectos serão mantidos e quais novos surgirão neste território chamado Largo da Batata.

## **2.4 Um Espaço em Construção**

A Lei Municipal número 15.615 de 06 de junho de 2012, denomina oficialmente o polígono formado pelas ruas Martin Carrasco, Fernão Dias, Teodoro Sampaio, Pinheiros e a Avenida Faria Lima como Largo da Batata. O reconhecimento oficial desse espaço se deu dentro do projeto de Reversão Urbana do Largo da Batata. Antes dessa lei, o nome não estava oficialmente atribuído a nenhum logradouro, existindo apenas de modo coloquial, nome atribuído, inclusive, entre os anos de 1970 e 2000 a um terminal de ônibus.

A partir de 2012, o Largo da Batata, agora reconhecido oficialmente como logradouro público, integra-se ao Largo de Pinheiros, compondo uma ampla praça seca como podemos observar na imagem abaixo:



Foto 34 - O largo da Batata. Fonte: Marcelo Min em [www.catracalivre.com.br](http://www.catracalivre.com.br)

Com o projeto de Reversão Urbana que se tornou lei com o nome Operação Urbana Consorciada Faria Lima (Lei 11.732/1995), o Largo da Batata tem recebido, na última década, uma série de intervenções. A lei propõe reorganizar o tráfego particular e coletivo ao implantar o prolongamento da Avenida Faria Lima, integrando ruas e avenidas próximas, e a construção do terminal multimodal das estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e da linha Amarela do Metrô, que liga o bairro do Butantã, na zona oeste, à Estação da Luz, área central da cidade. Também foi objetivo da Operação Faria Lima a urbanização das favelas e cortiços em seu perímetro, expondo claramente seu direcionamento de gentrificação.

“A chamada revalorização ou requalificação dos espaços movidas pela lógica do grande capital, necessitam do poder do estado para se realizarem, através do planejamento, das leis de zoneamento e demais instrumentos urbanísticos, das desapropriações e da construção de equipamentos e infraestrutura que permitam o fluxo do capital, e assim, de uma nova realidade social. O planejamento alia-se, por outro lado, a um urbanismo, onde a arquitetura torna-se meio e reflexo das intenções do capital e do Estado, conforme sua necessidade de utilizar-se de símbolos da modernidade, representativos das chamadas cidades mundiais. Assim, novas formas

estruturam-se nos projetos urbanísticos para melhor possibilitar a circulação de mercadorias.” (MASCARENHAS, L, 2014)

## 2.5 Coletivos Artísticos

A redescoberta do coletivismo artístico no mundo e em particular no Brasil se intensificou como táticas que buscavam um modelo alternativo de produção cultural, que se contrapunha ao crescimento do projeto neoliberal e aos caminhos que alguns aspectos da globalização, no final da década de 1990, apresentavam no campo das artes.

Em meio a processos desencadeados por esse modelo político econômico, grupos de pessoas, artistas, ativistas e intelectuais passaram a organizar formas de manifestação e de resistência às contradições criadas pelas políticas de Estado neoliberais, fortemente controladoras e que se caracterizaram pela pouca participação popular em seus centros de decisão, ocasionando perdas de direitos civis em compasso com a centralização das decisões pautadas pelo interesse privado, representado pelo acúmulo de capital econômico.

Em reação a esses modos de controle social, cerceamento de liberdades e agravamento de diferenças, observamos intensa apropriação, por parte de grupos de artistas e intelectuais, da utilização de veículos alternativos de produção, informação, difusão e produção cultural, indo além dos veículos de comunicação tradicionais como televisão e jornais. Se beneficiam da capilaridade e transnacionalidade da internet enquanto meio de comunicação e informação que, através das redes sociais e canais de intercâmbio de experiências, tem sido uma oportuna ferramenta de difusão de pensamentos e promotora de novos modos de trocas de conteúdo e encontros, agindo como um fértil dispositivo provocador de mobilizações e de ativismos.

Um dos movimentos que apresentou propostas mais radicais no sentido de reposicionar a arte como linguagem e posicionamento político foi a Internacional Situacionista – IS.

A Internacional Situacionista foi um movimento internacional de cunho político e artístico. O movimento IS foi muito ativo no final da década de 1960 e aspirava por grandes transformações políticas e sociais, surgiu na vila italiana de Cosio di Arroscia, Liguria, em 28 de julho de 1957, com a fusão de várias tendências artísticas que se auto definiam a vanguarda da época, eram elas: o Internationale Lettriste, o International Movement for an Imaginist Bauhaus e a London Psychogeographical Association. Esta fusão incluiu influências adicionais do movimento COBRA e Fluxus e das vanguardas históricas como o Dadaísmo e o Surrealismo, teve como inspiração a prática de conselhos participativos proposto pelo

comunismo mas não se limitou a contornos políticos partidários, estendendo suas ações à práticas artísticas como modo de ressignificar a ocupação dos espaços públicos, propondo a cidade como território de encontros e intervenções que visavam estabelecer novos sentidos de fruição estéticas, sociais e econômicas.

Este movimento objetivava uma radical mudança da vida cotidiana. A atuação da Internacional Situacionista se desdobrava em múltiplos âmbitos, na arquitetura, no cinema, na pintura e nas letras, buscando a integração de linguagens em torno de posições críticas à alienação praticada no cotidiano, sugerindo novos modos de vivências que se pautavam por críticas a sistemas alienantes que apresentam a vida como ritos de normalidade mecânica, os “desvios” de conceito bastante experimentados pela Internacional Situacionista buscavam apresentar novas possibilidades de práticas artísticas que questionassem os procedimentos estabelecidos pelo mercado de artes e outros modos de captura econômicas e sociais.

Mapas foram retalhados e reconstituídos, movimentando o plano espacial e, com ele, as distâncias. Essa reconstrução era feita arbitrariamente, buscando estabelecer novos modos de deslocamentos pela cidade e foi chamada de “Deriva”, buscava estabelecer uma nova ciência, a psicogeografia, uma busca de ressignificar os espaços vividos e agregar a estes locais novas abordagens que fugissem ao convencional, ao pré-determinado.

No campo da arquitetura, as obras eram desviadas para que pudessem ser apropriadas pelo corpo humano, ou para que suscitasse situações outras que fugissem as razões previstas pelo urbanismo focado no ordenamento convencional.

Outro exemplo de intervenção situacionista se relaciona ao direito autoral, mostrado na publicação “ Internationale Situationniste- Bulletin Central Édité par les Sections de L’internationale situationniste”, trazia “desviado” o direito de copyright:

“... todos os textos publicados na Internacional Situacionista podem ser livremente reproduzidos, traduzidos ou adaptados, mesmo sem a identificação da origem” (VANEIGEM, Raoul. Dictionnaire de Citations, Paris. Le cherche midi editeur, 1998).

Essa atitude que contraria a propriedade faz parte de um plano de revolução total da sociedade, uma proposta de subversão das regras sociais.

Até recentemente, os Situacionistas eram identificados pela história da arte apenas como um movimento político, com contribuições secundárias para o campo das artes, porém, a ascensão dos coletivos de arte no Brasil e no mundo demonstra a pertinência dessa proposta estética e suas atualizações.

Os debates sobre arte, cultura e política, dentro da chave dos Situacionistas, principalmente na facção francesa do movimento internacional, posicionou a arte pós-moderna no processo geral de produção e de reprodução, tanto simbólica como material, do mundo capitalista, onde tanto a cultura e, conseqüentemente, a arte, seriam mercadorias.

Nesse sentido, a arte de vanguarda participava dos processos de valorização econômica como qualquer outra mercadoria de valores simbólicos, era importante produtora de sentidos dentro das políticas de institucionalização para sua colocação social e posição identitárias.

Guy Debord defendia que “não se podia falar de autonomia da arte e deveria entendê-la como transmissão de ideias, como parte do processo de comunicação geral da sociedade” (DEBORD. 1997).

Nesse sentido podemos aproximar essa perspectiva dentro da chave do período do “pós-modernismo” que vem sendo apresentado como um movimento iniciado em Nova York, seguido rapidamente para Europa e demais continentes, segundo Mike Featherstone (1995):

“A história desses termos sugere que o pós-modernismo foi empregado pela primeira vez para assinalar um movimento que ia além do modernismo artístico centralizado em Nova York nos anos sessenta. Foi então adotado pelos filósofos e críticos literários que detectaram homologias entre as obras de arte e as práticas dos artistas pós-modernos e o pós-estruturalismo e desconstrucionismo. A rápida transmissão da informação entre a Europa, sobretudo, a França e a América do Norte ajudou a atrair outros críticos, intelectuais e cientistas sociais, o que resultou no estreitamento do conceito, dando-lhe conotações de época: a pós-modernidade compreendida como algo que estamos à véspera de detectar, que aponta para a decadência e a dissolução da modernidade”. (FEATHERSTONE, 1995, p 68)

Um momento onde se tem questionado e posto abaixo barreiras entre as pessoas e as instituições baseadas nas pessoas, sinaliza que estão em curso mudanças culturais que incidem sobre posicionamentos éticos e estéticos, dentro e fora das manifestações artísticas, se desdobrando por todas as atividades e práticas sociais, econômicas, etc.

“Primeiramente é um movimento que se afasta das ambições universais das narrativas mestras, em que a ênfase se aplica à totalidade, ao sistema e à unidade, e caminha em direção a uma ênfase no conhecimento local, na fragmentação, no sincretismo, na alteridade e na diferença. Em segundo lugar, é a dissolução das hierarquias simbólicas que acarretam julgamentos canônicos, de gosto e de valor, indo em direção ao colapso populista da distinção entre a alta cultura e a cultura popular. Em terceiro lugar, é uma tendência a estetização da vida cotidiana, que foi impulsionada pelos esforços, no âmbito da arte, a fim de diluir fronteiras entre a arte e a vida e o movimento em direção a uma cultura de consumo simuladora, na qual

o véu das imagens, reduplicam de maneira alucinatória e interminável, apaga a distinção entre aparência e a realidade. Em quarto lugar, é uma descentralização do sujeito, cujo censo de unidade e cuja continuidade bibliográfica dão lugar à fragmentação e a um jogo superficial com imagens, sensações e intensidades multifrenicas”. (FEATHESTONE, 1995)

Para Lyotard (1979), “É o período de descrédito das grandes narrativas”. As grandes narrativas são as grandes explicações sobre o mundo, sobre a história, sobre a vida e sobre o futuro, entre as mais influentes: o marxismo, o cristianismo e as religiões em geral. A pragmática da pós-modernidade não é pautada em um fim teleológico ou em um bem maior como uma sociedade igualitária, utópica, pois sua realização hegemônica se fragmenta em múltiplas possibilidades, dependendo de vários pontos de vista e interesses.

Esse movimento de declínio das “grandes narrativas” apresenta a abertura da possibilidade de lidar com a incerteza, com aquilo que não está garantido. Segundo Lyotard, é nesse campo que fortalecemos a luta de saberes “menores”, dominados historicamente, subordinados, suprimidos em relações de poder hegemônico, esse é o momento que se apresentam novas representações que questionam o saber “maior”, hierárquico, apresentando possibilidades de ações com autorias coletivas, questionamentos e participações mais horizontalizadas, abrindo espaço para a alteridade em detrimento da autoria centralizada.

Neste sentido há uma grande aproximação no fazer dos coletivos de artistas e esse momento pós-moderno, seja pela dinâmica de articulação das ações, seja por um desdobramento da autoria singular em detrimento de uma identificação coletiva, que busca a inclusão das opiniões na construção conceitual e prática das intervenções.

Zygmunt Bauman (“Modernidade Líquida, 2001) apresenta o conceito de “Modernidade Líquida”, conceito crítico à pós-modernidade. Para esse autor, não há uma pós-modernidade, há uma continuação da modernidade com pontos diferentes, a sociedade industrial ainda permanece, adquire novos modos de produção, não se trata de rupturas e sim de transformações dentro dessa mesma atividade.

Nesse sentido, a sociedade se apresenta como um conjunto de relações e instituições, que rearticula sua lógica de operação e que apresenta uma nova base na contemporaneidade.

É nesta época que toda a fixidez e todos os referenciais morais da época anterior, denominada pelo autor como modernidade sólida, são retiradas de palco para dar espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade.

A relação social, pautada em uma responsabilidade mútua entre as partes que se relacionam, é trocada por um outro tipo de relação que o autor chama de conexão.

Observando as posições apresentadas sobre o momento contemporâneo, identifico o desenvolvimento de novos instrumentos de contestação e partilha que problematizaram o papel das artes neste contexto pós-moderno-líquido.

A presença de coletivos no cenário das produções artísticas, contextualizada neste momento histórico, aprofundou a crítica sobre a criação artística como produção exclusivamente individualizada, como se produziram no período das vanguardas históricas, traçando caminhos de desvio às normas existentes, reconfigurando estatutos de definição tradicional das artes, assumiram como atores sociais combativos no plano político e cultural.

“Os coletivos surgem, se desfazem, se mantêm, se replicam, vão e voltam, de forma independente e espontânea e assim como a mídia voltou suas lentes para eles também se esquece rápido deles, mas eles estão por aí, atuando nas sombras, nas brechas ou na luz do dia.” (ROSAS, R. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil, 1997)

## 2.6 Coletivos Artísticos no Brasil

Os coletivos brasileiros contemporâneos surgem em uma cena de intervenções urbanas bastante ativada em todo o país.

Inspirados por um lado pelas Performances, Happinings, Body Art, Arte Conceitual e Internacional Situacionista, por outro lado vêm agregando em seus membros pessoas com formações diversas: arquitetos, geógrafos, antropólogos e poetas, dentre outros atores sociais que trazem novas referências conceituais para problematizar as intervenções artísticas, deslocando seu fazer, antes mais individual e autoral para um deslocamento onde a concepção e as possibilidades estéticas se multiplicam.

Múltiplas intervenções dialogam com o espaço da cidade e apresentam inflexões poéticas, questionamentos sexuais, sociais, políticos ou estéticos na arena pública, trazendo espontaneidade e diálogo com o local, buscando uma nova temporalidade.

“É no meio desse interesse crescente em questionar os parâmetros que regem a vida urbana, bem como em introduzir novos atos estéticos nesse espaço, que começam a surgir diversas formações coletivas. Entre outros exemplos, formações como o Formigueiro, Los Valderramas, o misto de artistas, arquitetos e Vjs do BijaRi, ou A Revolução Não Será Televisada, de São Paulo, Movimento Terrorista Andy Warhol, Carmen y Carmen, ou Atrocidades Maravilhosas, do Rio de Janeiro, Grupo Empresa, de Goiânia, GIA, de Salvador, Transição Listrada, de Fortaleza, ou ainda o grupo Urucum, do Amapá, ou mesmo espaços de reunião coletiva, mostras e

debates, como o Rés-do-Chão, no Rio de Janeiro ou o “Centro de Contracultura”, em São Paulo. Este, em parte levado a cabo pela artista Graziela Kunsch, englobava diversos subnúcleos, como o Urbânia ou after-ratos. A lista seria talvez interminável, mas aqui estamos num recorte que vai de certa forma de meados dos anos 1990 ao começo dos 2000. “ (ROSA, R. Hibridismo coletivo no Brasil: transversalidade ou cooptação? 2002).

A partir dos anos noventa se intensifica a formação de coletivos no Brasil, as trocas com movimentos similares na Europa, Estados Unidos e América Latina ativam diversas pessoas a produzirem intervenções em várias cidades do país.

## **2.7 Coletivos Artísticos na Cidade de São Paulo.**

Na cidade de São Paulo temos um histórico relacionado às práticas coletivas no qual vale destacar a atuação, no final dos anos 70 e início dos 80, de coletivos como: Viajou Sem Passaporte, 3Nós3 ou Tupi Não Dá. Esses coletivos se dispersaram ao final dos anos 80 e estas formações só retornariam em meados dos 90, restaurando essa modalidade artística que atualmente tem papel significativo nas práticas artísticas na cidade de São Paulo e em muitas outras cidades no Brasil.

Ações conceituais mais politicamente incisivas estão sendo retomadas por coletivos de artistas em múltiplas formas de intervenções e interações em vários locais como praças, ruas, viadutos, ocupações, dentre outros, buscando maneiras de interatividade em um momento de alterações identitárias relacionadas ao fazer artístico, seu papel social e político e sua interação urbana.

Na cidade de São Paulo, em 2005, alguns coletivos se aproximaram de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST; entre eles, pode-se destacar: Coletivo EIA, Coletivo Esqueleto, Grupo BijaRi e Grupo Elefante que, apoiados pelo site rizoma.net, promoveram ações artísticas no Edifício da Avenida Júlio Prestes, bairro da Luz, região central da cidade, onde desenvolveram uma série de atividades culturais dentro da ocupação, trazendo uma renovação às posições políticas praticadas por artistas e ativistas em interações diretas com os ocupantes desse local, que se encontravam sempre na eminência de uma invasão policial para seu desalojamento e reintegração de propriedade.



Foto 22 - Imagem da intervenção realizada por artistas no edifício Júlio Prestes em 2005. Fonte: artcontexto.com.br

Entrevistei Cris Arenas, artista e produtora cultural, que participou dessa intervenção. Em seu relato ela descreve que foram muitas as intervenções realizadas dentro do local, pinturas, performances, colagens, realizadas por coletivos e indivíduos com participação dos moradores que ocupavam esse edifício.

Em entrevista concedida em 10 de dezembro de 2016, Cris Arena relata que foi uma experiência de participação política e sua primeira ação com caráter de ação coletiva com intencionalidade diretamente social e política:

“... eram pessoas atuando politicamente, no momento que você entra em um espaço como este, que tem várias pessoas morando, e você ali, produzindo uma intervenção dentro de uma ideia de urbanização social” (entrevista gravada em 10/10/2016, no

Largo da Batata).

A imagem abaixo exemplifica uma dessas atividades:



Foto 23 - Ocupação Prestes Mais, Coletivo EIA, 2003. Fonte: <http://eia05.zip.net/>

Essa intervenção se conectou com a Bienal de Havana no ano de 2005, na qual alguns representantes desses coletivos participaram e ampliaram suas conexões internacionais. Depois disso, as coisas mudaram de configuração pelo menos no cenário paulistano das artes e, atualmente, presenciamos um fervilhar de grupos que se pautam por ações que criticam e impulsionam novas identidades coletivas em torno de intervenções em espaços públicos.



convida ...

território São Paulo: uma  
experiência em São Paulo,  
uma sala em Havana

Ocupação Prestes Maia 911  
Segunda 27/03 \_ 20:00hs  
Inaugurando a Galeria Vitrine

# O Baile dos Espantalhos

traje espanta/encanta



**SÁBADO/DOMINGO** 14:00 às  
20:00\_ criação coletiva de  
espantalhos, tragam trapos e  
façam seu par!

**SEGUNDA** 20:00hs **O BAILE,**  
**traje espanta/encanta** ou  
recorte sua máscara e venha  
Bailar conosco!!!

Foto 24 - Cartaz da ação coletiva Brasil Cuba, 2006. Fonte: <http://eia05.zip.net/>

Ainda em 2005, o Sesc Santo Amaro organiza uma residência artística entre coletivos da cidade e coletivos da Argentina, promovendo um espaço de trocas de saberes, um aprofundamento técnico e conceitual nos coletivos da cidade.

Importante ressaltar a atuação de coletivos fora dos meios culturais institucionalizados, que geralmente são os que validam o que é uma produção artística ou não.

Muitos grupos têm direcionado suas intervenções à comunidades sem-teto, favelas, mídias independentes ou praças públicas, em atuações que não atraem uma divulgação mediada pelos canais de comunicação tradicionais, mas que estão sendo proliferadas e

difundidas por redes como o Nexu Coletivo e o Centro de Mídia Independente, dentre muitos outros canais de divulgação e articulação de ações coletivas de acordo com a filosofia de cada grupo, mas que, supostamente, questionam todo um circuito instituído de exposições, de público e, conseqüentemente, de mercado.

Podemos observar em muitos agenciamentos entre coletivos e comunidades que o que está em jogo, muitas vezes, não é o estético como fim, mas sobretudo, como meio, onde percebemos uma renúncia ao status de arte como vem sendo praticado pelos modos mercadológicos da arte tradicionais. Esses modos de atuação apresenta uma postura mais dialógica e interacionista.

Howard Becker (1974) argumenta sobre a produção coletiva e sua representação no contexto das produções artísticas:

“Falando em termos gerais. As atividades necessárias incluem, caracteristicamente, a concepção da ideia para o trabalho, a concepção dos artefatos físicos necessários, a criação de uma linguagem convencional de expressão, o treinamento de pessoas e plateias artísticas no uso de linguagem convencional para criar e experimentar, e a elaboração da mistura necessária desses ingredientes para uma obra ou uma representação particular”. (BECKER, 1974).

Podemos perceber que a produção artística tem que percorrer diversas etapas e nestas etapas estão pessoas produzindo suas partes que ao final se dá como obra individual, mas está envolvida em uma “rede elaborada de cooperação”. Esse argumento explicita uma hierarquização na produção artística, onde:

“Os participantes num mundo da arte encaram algumas das atividades necessárias à produção daquela forma de arte como “artística”, exigindo o dom ou a sensibilidade especial de um artista. As atividades restantes parecem para ele uma questão de habilidade, argúcia para negócios ou alguma outra capacidade menos rara, menos característica da arte, menos necessária para o sucesso do trabalho, e merecedora de menor respeito. Eles definem as pessoas que desempenham essas atividades especiais como artistas e todos os outros (tomando de empréstimo um termo militar) como pessoal de apoio”. (BECKER, 1974).

O que pretendo apresentar aqui é que o que designa uma pessoa como sendo “o artista” é uma definição baseada em consensos historicamente construídos no campo das artes.

Importante, também, apontar as tensões que estão em disputa no campo das artes contemporâneas enquanto acontecimento que impulsiona carreiras, partindo das cooptações mercadológicas, prestígio, dinheiro, cadernos culturais e autorias que elevam seus status de

“gênios criadores”, personalidades singulares e marcantes no terreno das galerias dos acontecidos, em contraste com posições que propõem atividades artísticas mais inclinadas ao pensamento engajado e às autorias compartilhadas, impulsionando novas formas de interação econômica, que reestabelecem os modos de ganhos, mais focados em sustentabilidades e permanência do que em situações únicas.

Vale a pena apontar algumas ações como exemplo do que estou tratando neste texto, como quando o coletivo “Centro de Mídia Independente” interviu em uma importante avenida da cidade e substituiu na placa o nome desta avenida (que homenageia o fundador da Rede Globo de Televisão e empresário ligado à Ditadura Militar, o jornalista Roberto Marinho) por Jornalista Vladimir Herzog, jornalista assassinado nos porões da ditadura.



Foto 25 - Imagem da intervenção realizada pelo coletivo Centro de Mídia Independente. Fonte: Centro de Mídia Independente, [brasil.indymedia.org](http://brasil.indymedia.org).

Se a arte conceitual tradicional transformou a rua e elementos improváveis, temporários, cotidianos, usuais e múltiplos em objetos artísticos, atualmente, podemos observar a transformação dos conceitos, que antes queriam transpor a esses locais uma “arte” apresentada como decorativa ou monumental e agora buscam se fundir a esses locais

experimentando uma ressignificação e ressimbolização cultural, uma nova substancialização, como aponta Stuart Hall:

“No séc. XX, vem ocorrendo uma “revolução cultural” no sentido substantivo, empírico e material da palavra. Sem sombra de dúvida, o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas expandiu-se para além do conhecido. Ao mesmo tempo, a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados diretamente para estes setores. Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. A velha distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é de difícil sustentação nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades. Hoje, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias. ” (HALL, S. - A Centralidade da Cultura; notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. 1997.)

O ofício de arquitetar, de calcular efeitos, de planejar ações em conjunto, distribuindo responsabilidades e ampliando a participação de ideias, vem, neste momento, apresentar uma contracorrente aos meios individualizantes tão praticados por um mercado de arte que está saturado e que não acompanha seu tempo e as transformações subjetivas que esses novos agenciamentos têm apresentado em escalas locais e globais.

Com o acirramento das disputas entre as classes sociais nas cidades, crise da política representativa, crise de identidade das práticas artísticas enquanto campo de intervenções sociais e proposições políticas e estéticas, se vê emergir uma busca por uma nova identidade, um reposicionamento artístico nas produções culturais mais tonalizado pelo fazer coletivo, indo de encontro e problematizando modos tradicionais de produção artística.

## **2.8 Agenciamentos Coletivos no Largo da Batata**

O Largo da Batata, com seu novo traçado resultado do plano de Reconversão Urbana, tomou a forma de um espaço aberto, uma praça ampla. O local que antes era considerado degradado e ocupado por comércios informais surge como uma ampla área vazia. A nova praça proposta trouxe, por um lado, um esvaziamento por conta de sua aridez e pela característica proposta em seu projeto de ser um ambiente para deslocamentos e acesso aos meios de transporte dispostos em seu entorno.

Como reação a esse projeto, pessoas começaram a se reunir para discutir novos usos dessa área e as possibilidades de novas ocupações, abrindo lacunas para um novo sentido de espaço de uso público, buscando através de ações e intervenções a participação e discussão coletiva sobre as ocupações deste lugar.

Desde o início das obras de Reconversão Urbana, em 1992, uma série de coletivos vêm promovendo o uso crítico do novo espaço, questionando a tentativa de integrá-lo à “paisagem de poder econômico” encarnada no eixo da Avenida Faria Lima e buscando catalisar a transformação do Largo em um espaço público.

Inicialmente, intervenções esporádicas foram sendo promovidas por coletivos artísticos, na forma de ocupações, exposições, construção de mobiliário, pesquisa e discussão sobre as origens do Largo e sua atualidade. As intervenções de maior ou menor porte, permanentes ou transitórias, em diversas linguagens, apresentam em comum um discurso crítico à especulação imobiliária, à ideologia da degradação e à necessidade do Projeto de Reconversão Urbana, buscando recuperar e valorizar a memória física e social do lugar.

Dentre essas intervenções buscaremos listar alguns dos eventos que estão sendo pesquisados:

Em 2002, o Coletivo BijaRi realizou no Largo da Batata e em frente ao Shopping Iguatemi a intervenção Galinha, na qual uma galinha foi solta no Largo da Batata em meio aos vendedores ambulantes, que a acolheram e brincaram, mostrando familiaridade e provocando narrações sobre experiências de convívio com o animal em suas antigas moradias, demonstrando proximidade e familiaridade. Na frente do Shopping Iguatemi foi solta outra galinha e, diferentemente do que ocorreu no Largo, a segurança do Shopping foi rapidamente mobilizada, sendo solicitada a rápida retirada do animal pois a presença dele estava causando apreensões nos visitantes e frequentadores do Shopping. A galinha foi retirada do local e o jogo acabou.

Esta intervenção teve como eixo de análise as diferenças culturais postas nestes dois locais, tão próximos, mas tão distantes culturalmente.



Foto 26 - Intervenção Galinha, do Coletivo BijaRi, no Largo da Batata, 2002. Fonte: [www.bijari.com.br](http://www.bijari.com.br)



Foto 27 - Intervenção Galinha, do Coletivo BijaRi, no Shopping Iguatemi, 2002. Fonte: [www.bijari.com.br](http://www.bijari.com.br)

Em 2004, o coletivo BijaRi realiza, com apoio do SESC Pinheiros, o projeto intitulado “Estão vendendo nosso Espaço Aéreo”. Segundo o coletivo essa ação foi um:

“... registro do Largo da Batata, o enclave popular encravado na área mais valorizada da cidade, em meio ao processo de revitalização: a população local, seus hábitos e culturas sendo gradativamente substituídos. As diversas intervenções levadas a cabo buscavam uma interlocução com a comunidade local no sentido de criar um

entendimento compartilhado desse processo operado de forma top-down” (Fonte: site: [www.bijari.com.br](http://www.bijari.com.br). Visitado em 01/0/2017).

Entrevistas, cartazes, cartografias, cartões postais, balões e infláveis foram alguns dos meios empregados numa ação celebrativa à memória do Largo. O projeto culminou com uma apresentação multimídia no próprio Largo, retratando todo o processo de concepção e realização do projeto.

Em 2005, o Instituto Tomie Ohtake convidou a artista Rochelle Costi para uma mostra solo. A exposição “Escolha” retratava em vídeos e fotos aspectos do Largo da Batata após iniciadas as obras do Metrô. Em seu site pessoal a artista descreve o seu trabalho da seguinte maneira:

“Através das imagens congeladas e ampliadas destes estabelecimentos é possível se ter uma leitura dos desejos da população que por ali circula e perceber a importância que a posse desses objetos exerce dentro de suas casas e de seu segmento social”. (COSTI, R, 2005).

As fotos foram captadas entre maio e junho de 2005, na véspera do início das obras do Metrô que instaurará neste local um novo padrão de usos e comportamentos de consumo.

O Coletivo “Hóspede” realizou em 2007 o projeto Laboratório Hotel, residência artística instalada em uma casa na rua Cunha Gago, aberta a visitas, onde além dos trabalhos artísticos sobre as transformações do Largo foram realizados debates sobre o tema. A iniciativa partiu do questionamento colocado pelo coletivo e enunciado no site do grupo:

“Nos últimos anos, dentro do contexto de reconversão de áreas “degradadas” da cidade, foi lançado um projeto de reconstrução do Largo da Batata. No entanto, o que esta obra acarreta e quais são as reais necessidades das pessoas que utilizam este espaço para viver e trabalhar, já que a população é justamente o alvo mais imediato destas transformações?” (Fonte: [grupohospede.com.br](http://grupohospede.com.br). Visitado em 01/07/2017.)

Em 2008, o grupo teatral “Companhia de Domínio Público” encenou o espetáculo “Desmonte - A grande Obra”, inspirada na transformação do Largo da Batata. Embora tenha sido encenada no espaço fechado de um teatro localizado na região central, a peça foi elaborada a partir de pesquisas conduzidas desde 2005. No blog do grupo, há um texto que enuncia uma série de questionamentos que acabaram inspirando o espetáculo:

“Nas entrelinhas “degradação” se refere a que ou a quem? Ao espaço ou às pessoas que transitam por esse espaço? O espaço “degradado” será transformado, mas o que acontecerá com os “degradados” que circulam pelo espaço? Para onde eles vão? Como os “degradados”, participarão da ocupação desse espaço urbano? (...). Em

última instância, podemos perguntar, também, afinal, a quem beneficia o processo de reurbanização efetivamente? O comércio existente conseguirá permanecer à sombra dos megaempreendimentos da Operação Faria Lima? O camelô poderá exercer seu direito de cidadão de trabalhar num país de economia mais que informal nesse ambiente? As praças, alamedas e calçadas serão ocupados? Por quem?” (CIA DE DOMINIO PÚBLICO, 2005)

Ao longo de 2010, o SESC Pinheiros realizou no Largo da Batata o projeto “Memórias”. Essa mostra contou com a exposição de objetos encontrados na região do Largo da Batata através de escavações arqueológicas realizadas no local da construção do Metrô, exigidas para o licenciamento das obras de construção da nova praça. O projeto contou também com a mostra “Etnofotografia - Pinheiros – Nosso Bairro, Nossa Gente”, retratando em painéis a diversidade de aspectos urbanos e humanos de uma paisagem em transformação.

Em agosto de 2013, o coletivo “Pele Coletiva de Criação” apresentou o trabalho “Pele do Lugar: Corpo e Cidade no Largo da Batata”. Essa apresentação contou com o apoio da FUNARTE e aliava dança e teatro, foi realizada em deslocamentos por ruas das redondezas, as falas das atrizes foram inspiradas em depoimentos coletados com a população que frequenta o Largo: ambulantes e lojistas abordando as mudanças em curso no local e seus impactos frente à instalação do ‘novo’ Largo da Batata.

Desde 2013 pessoas vêm se encontrando no Largo da Batata produzindo novas mediações sobre as ocupações desse Largo, ampliando as dimensões de um projeto inicial em uma “Re”- Reconversão do Largo da Batata, desenvolvendo neste espaço um referencial no sentido de táticas de participação popular em espaços públicos.

Ao longo do ano de 2014, a Subprefeitura de Pinheiros organizou diversas oficinas para debater propostas de ocupação do Largo da Batata. Esses encontros foram organizados coletivamente, envolvendo representantes do governo local, os coletivos, moradores, comerciantes e demais interessados. O resultado das oficinas incluía um zoneamento do Largo, dividido em zonas temáticas que receberam mobiliários adequados aos usos, passagens e permanências.

Em janeiro de 2014 um grupo de pessoas se reuniu no Largo da Batata para incentivar usos e permanências no espaço, esses encontros, realizados às sextas-feiras se mantiveram regulares até o começo de 2016, hoje são o coletivo “A Batata Precisa de Você”.

Este coletivo permanece no Largo da Batata promovendo diversas intervenções: plantio de mudas de batatas em canteiros feitos com madeiras reaproveitadas, instalação de

diversas peças de mobiliário urbano, entre outras. Laura Sobral, uma das idealizadoras do coletivo, relata em texto de divulgação e convite à participação coletiva:

“O Largo da Batata vem passando por um processo de reurbanização há mais de 10 anos, e agora, próximo da entrega da obra, o que há ali é uma vasta área sem nada, quase que totalmente pavimentada. Não há mobiliário urbano algum, as árvores plantadas são mirradas e são poucas as sobreviventes. Quase não há área permeável, não há proteção do sol ou da chuva ou qualquer estrutura específica para receber atividades culturais. Antes um ponto de comércio intenso, o Largo transformou-se em um local apenas de passagem, em um enorme espaço desértico, desconfortável e nada atrativo. Para chamar a atenção para a situação do Largo e ativar o lugar, restabelecendo o espaço público como um espaço de encontro, todas as sextas-feiras no final do dia, há um encontro no Largo chamado A Batata Precisa de Você. É uma manifestação cidadã propositiva”. (SOBRAL, L, 2014.)



Foto 28 - Espaço de encontro do coletivo A Batata Precisa de Você. Fonte: catracalivre.com.br

O projeto do coletivo A Batata Precisa de Você foi contemplado com recursos do edital “Redes e Ruas”, através do qual a prefeitura seleciona iniciativas de ocupação dos espaços públicos na cidade.

Este coletivo ainda está em atividade no Largo da Batata e tem expandido sua atuação em outros pontos da cidade, agora como o Instituto “A Cidade Precisa de Você”.

Componentes desse coletivo estão disseminando sua experiência de ativação de espaços a outros coletivos na cidade de São Paulo e do Brasil.

Podemos observar nestas intervenções a busca de resgate da história do local, suas singularidades e suas narrativas.

Percebemos a relevância do apoio institucional em algumas das atividades através da proposição de investigações e sistematização das manifestações realizadas em exposições, apresentações e intervenções, seguindo para um momento onde as pessoas se organizam como coletivos para potencializar os recursos ofertados por cada um, que somados se tornam recursos comuns.

## **2.9 Coletivo BatataMemo.**

Em 2014 surge o coletivo “BatataMemo”, fundado por Sasha Hart, Ambientalista; Herta Franco, Historiadora; Fernanda Salles, Comunicóloga e Katia Mine, Fotógrafa.

O coletivo “BatataMemo”, surge de uma ramificação do coletivo “A Batata Precisa de Você”. A temática central do coletivo se pauta por um resgate sobre a história do local, buscando preservar laços de continuidade e transformação, logo buscando resgatar e preservar traços de identidade que atravessam esse território ao longo do tempo.

Tem sua atuação bastante marcada em fóruns de discussão com esferas públicas e privadas apontando a necessidade de resgate histórico e preservação de referências locais, se posicionando de forma crítica aos modos que a “Operação de Reconversão do Largo da Batata” vem tratando de seu patrimônio imaterial.

“A cultura apresenta-se como processos sociais”, afirma Nestor Garcia Canclini em seu livro “Diferentes, desiguais e desconectados”, (editora UFRJ, pág. 41, 2007. 2 ed.), “circula e se consome na história social”, neste caso o autor argumenta como um objeto pode ter seus usos transformados e reapropriados, me utilizo dessa reflexão para argumentar sobre o modo como percebi as apropriações do território do Largo da Batata pelo coletivo BatataMemo.

São muitas as pesquisas realizadas por esse coletivo, desde levantamento fotográfico e pesquisas bibliográficas sobre o local, buscando levantar materiais que falem sobre o local e que apresentem sua construção histórica, suas disputas pelo solo, suas camadas sobrepostas

de memórias, com o objetivo de que esses materiais apoiem as ações de apropriação dos espaços pela comunidade local e seus visitantes.

Vou apresentar três ações como exemplo das atividades desse coletivo:

- A mudança de nome da atual estação de Metrô Faria Lima para estação Largo da Batata;
- A reivindicação da instalação de sinalização urbana identificando o Largo da Batata;
- A construção de um espaço de exposições no Largo da Batata que apresente o resgate arqueológico realizado no Largo da Batata em 2013.

Fernanda Salles, participante do coletivo, concedeu algumas entrevistas e oportunizou minha participação em uma série de agenciamentos que esse coletivo praticou ao longo do ano de 2015 e 2016, reuniões internas, reuniões com representantes dos conselhos participativos relacionados ao Largo da Batata, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, participação em encontros com outros coletivos para troca de experiências, organização de eventos e intervenções coletivas.

Questionada sobre se há formas de transformações urbanas e modelos de ocupação que não apresentem tantas rupturas e expulsões, Fernanda responde “que acredita em modos onde a sociedade menos desigual sejam representados em fóruns de discussão”, o que não vem existindo nos níveis mais decisórios sobre os andamentos do Plano de Reconversão do Largo da Batata. Sua participação se restringe a uma instância consultiva dada em momentos mediados pelo governo municipal através da divisão de cultura da Prefeitura Regional de Pinheiros.

A partir de 2013, dentro das jornadas de junho, o Largo da Batata começa a ser um dos pontos de concentração popular, onde os manifestantes saíam em direção a outros pontos da cidade. Como discorri anteriormente, nesse momento o Largo da Batata se configura como importante ponto de referência na cidade para grandes encontros e manifestações.

Segundo Fernanda Salles, falando sobre as ocupações do Largo, no ano de 2013, enquanto um ponto de referência para concentração em manifestações,

“ ... aquilo deu nisso, o que começou como um movimento reivindicatório foi cooptado pela grande mídia e acabou colaborando para o afastamento da, então, Presidenta da República, saindo de um movimento libertário para um movimento reacionário”. (Entrevista concedida em 03 de dezembro de 2016, Largo da Batata).

Tive a oportunidade de participar de alguns desses encontros e percebi que foram ocorrendo mudanças nas pautas reivindicatórias ao longo das jornadas de junho, num primeiro

momento presenciei uma grande união em torno da pauta do acréscimo do valor da passagem de transportes públicos se ramificando para pautas diversas que iam desde transporte gratuito até a mudança do Governo Federal.

### **Mudança de nome da estação de Metrô:**

Sobre a proposta do coletivo referente à mudança de nome da atual estação Faria Lima para estação “Largo da Batata”, Fernanda diz que hoje essa reivindicação se constitui em um PL - Projeto de Lei nº 1262, apresentado em 15 de setembro de 2014 na Câmara de Deputados Estaduais, apresentado pelo deputado Carlos Neder nos seguintes termos:

“Artigo 1º. Passa a denominar-se “Estação Largo da Batata” a atual Estação Faria Lima da Linha 4 – Amarela da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

O comércio de batatas realizado no entorno do entreposto agrícola Mercado dos Caipiras, posteriormente nomeado Mercado Municipal de Pinheiros, deu origem ao apelido Largo da Batata para a vasta área que compreende o mercado, a Igreja, a praça e as avenidas do entorno do Largo de Pinheiros. Em 2012, por meio da Lei Municipal 15.615/12, o lugar passou a se chamar oficialmente Largo da Batata.

O Largo da Batata pode e deve ser visto como retrato da cultura de seu povo, e sua origem está enraizada na evolução de sua sociedade. Nesta esfera, o comércio e a comida estão relacionados a aspectos da tradição e da história, e também ao modo de viver e agir de seus frequentadores. Do convívio entre seus elementos surge a troca de costumes, sabores e crenças, atreladas ao conhecimento adquirido ao longo do tempo, através do saber popular. Este saber é que permite ao cidadão comum se considerar inserido num contexto sociocultural, que lhe outorga uma identidade. Este senso de pertencimento torna o Largo da Batata emblemático para a cidade de São Paulo.

Por volta de 1930, bondes elétricos chegaram para ligar definitivamente o centro da cidade ao bairro de Pinheiros, fortalecendo o uso do Largo como sub-centro da cidade e local de passagem (característica iniciada na época pré-colonial). Mais recentemente, a região tem passado por um processo de ressignificação, tema do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata, vencedor do Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo, em 2001, promovido pela Prefeitura de São Paulo, cujas obras, dentre elas a implantação do Terminal Intermodal Pinheiros e da praça cívica Largo da Batata (palco de manifestações políticas e artísticas), reforçam sua representação histórica, econômica, social e cultural. Dentro deste processo, o local ganha um novo e importante meio de transporte: uma estação de Metrô da Linha 4 – Amarela. Instalada no coração do Largo da Batata, seria fundamental que a estação levasse seu nome para manter sua identidade.

Em que pese a homenagem ao ex-prefeito de São Paulo (que dá nome à avenida que corta o Largo da Batata), reconhecemos ser de grande importância a preservação da memória e a valorização da sua população. Bem se sabe que a memória é um direito do cidadão e tem papel fundamental na construção de uma nação e na identidade de seu povo.” (Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1223635>, pesquisa realizada em 10/03/2017).

Podemos observar na apresentação da Lei e em sua justificativa a intenção de dar ao local um sentido mais conectado a sua historicidade e memória, em contraponto a homenagear um político.

Essa ação do coletivo repercutiu em alguns meios de comunicação, Fernanda comenta que a assessoria do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, fez contato com ela, no entanto, “esse contato não teve continuidade por parte da assessoria e o assunto foi esfriando”.

Quando indagada sobre o surgimento da proposta de mudança de nome da estação Faria Lima para Largo da Batata, Fernanda comenta que a ideia inicial de reivindicar a mudança do nome da estação partiu dela e que os demais participantes apoiaram a pauta. Esse procedimento é o adotado por esse coletivo como modo de gerenciamento das atividades: as propostas são feitas e os propositores ficam a frente tendo os demais componentes do coletivo como apoio a todas as demandas que apareçam no desenvolvimento da ação, como: desenvolvimento de texto, difusão da proposta em redes sociais, construção de abaixo-assinados, etc.

Esse modo de articulação das propostas foi observado em outros coletivos que tive contato como o “Frente 3 de Fevereiro”, “A Batata Precisa de Você”, “BiJari”, dentre outros.

Na opinião de ativistas desse coletivo, a maioria moradora do entorno, o nome atual não respeita a história da região. “Largo da Batata talvez não seja considerado nome chique. Mas o Metrô não precisa ter nome associado à lógica do mercado imobiliário”, diz Fernanda Salles.

O abaixo-assinado, divulgado em setembro de 2016 no Facebook pelo coletivo BatataMemo, tinha até dezembro do mesmo ano 643 assinaturas. “A região do largo foi o segundo aldeamento da cidade. É suficientemente importante, pela memória histórica e sentimental, ter o nome na estação”, diz Fernanda.

Como resposta, o departamento de relações públicas do Metrô informou que para denominar uma estação segue “critérios e conceitos específicos”. É realizado um estudo toponímico, em que nomenclaturas de fácil identificação são indicadas. Depois, são feitas

pesquisas de opinião pública. O resultado passa por aprovação da diretoria do Metrô, que oficializa o nome.

A aprovação da denominação da estação Faria Lima ocorreu em 2007, segundo a companhia, “após realização de todas as pesquisas”, onde foi escolhido essa denominação por ser mais adequada ao local segundo o resultado das pesquisas. Por diversas vezes solicitei a consulta dessas pesquisas, mas não tive acesso até a finalização dessa dissertação.

O nome Largo da Batata foi considerado no estudo toponímico. Toponímia é o estudo de nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução. É nesse sentido que a reivindicação do coletivo “BatataMemo” se sustenta, argumentando que “o nome do lugar é identitário, carrega a história do lugar, expõe sua trajetória, preserva a memória do local”, diz Fernanda.

Essa ação de certa forma colaborou para criar tensões dentro do coletivo, pois alguns dos participantes entenderam o movimento de apresentar o projeto a um deputado como tendencioso politicamente (esse deputado é do Partido dos Trabalhadores - PT), supondo que o deputado estava “pegando carona” na ideia do coletivo para propaganda pessoal. Por outro lado, o jornal Estado de São Paulo apontou o coletivo como “petralha”, alcunha adotada para designar seguidores do Partido dos Trabalhadores.

Fernanda conta que o deputado em nenhum momento quis se aproveitar do coletivo e sim estava acolhendo essa reivindicação para poder dar seguimento dentro dos procedimentos regimentais, que podem corroborar para a alteração do nome da Estação.

A apresentação do deputado Carlos Neder (PT) ao coletivo “BatataMemo” se deu através do assessor de cultura da Subprefeitura de Pinheiros, Gustavo Freiberg, que mediou essa aproximação. Neste encontro se entendeu que o encaminhamento da proposta de mudança de nome da estação através de um projeto de lei poderia ser uma possibilidade mais efetiva.

Esse encaminhamento por um lado agilizou a reivindicação, mas causou uma desmobilização de alguns membros do coletivo, que ficaram se perguntando o que mais se poderia fazer sobre esse tema. Fernanda conta que após esse ato o processo dentro do coletivo “estacionou”, as ações ficaram “estancadas”, o procedimento por vias públicas criou um “racha” no coletivo e as pessoas foram saindo dessa frente. Hoje, o processo continua em pauta na Câmara Legislativa e os integrantes ficaram aguardando seu desfecho.

A entrevistada aponta a hipótese de que se o projeto não tivesse ido por essa via, poderia ter tido continuidade nas ações do coletivo dentro de frentes reivindicatórias geradas pelo mesmo, como uma contínua mobilização por parte do coletivo junto à comunidade, fazendo pressão para que esse tema continuasse presente na pauta do coletivo, levando seus

participantes a permanecerem mobilizados sobre o tema em uma plataforma mais consolidada e coletiva.

### **Instalação de placas de sinalização urbana:**

Sobre a instalação de placas de sinalização, o coletivo adotou a tática de participação intensa no Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, instituído nos termos do artigo 22 da Lei nº. 11.426, de 18 de outubro de 1993, é disciplinado pela Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009. O CADES é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo. Seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 52.153/2011.

Fernanda Salles atuou neste órgão nos anos de 2014 a 2015 e outro integrante do coletivo, Sasha Hart, se candidatou e foi eleito para a gestão de 2015 a 2016. Neste conselho Sasha continuou com representações pautadas pelos coletivos e comunidade do Largo da Batata.

Tive a oportunidade de participar de algumas reuniões desse conselho onde pude observar os modos de participação e reivindicação postas pelos seus integrantes. Esse espaço conta com a participação da sociedade civil e representantes do governo municipal, dentro das subprefeituras, tratando de assuntos variados e encaminhando os temas para consulta, apreciação e implantação, dentro das possibilidades executivas do governo municipal.

A pauta de sinalização urbana referindo a localização do Largo da Batata foi apresentada por Fernanda em 2014, com o objetivo da preservação da memória do local.

Essa ação se consolidou em dezembro de 2016 com a instalação de placas sinalizadoras no Largo da Batata e arredores, como demonstram as fotos abaixo:



Foto 28 - Imagem de placa de sinalização no Largo da Batata, 16/07/2017. Fonte: Eymard Ribeiro.



Foto 29 - Imagem de placa de sinalização na avenida Rebouças, 13/07/2017. Fonte: Eymard Ribeiro.

**Construção de um espaço de exposições no Largo da Batata que apresente o resgate arqueológico realizado no local em 2013:**

Busquei entrevistar representantes da empresa de arqueologia, mas não tive sucesso. Obtive uma cópia do relatório com membros do coletivo “BatataMemo” e observei na leitura do material uma abordagem bastante técnica, se aproximando pouco das dimensões de ocupações anteriores ao período da presença das olarias no local, no final do século XVIII até início do século XX.

Este local foi densamente ocupado por populações indígenas, que não constam no relatório. O estudo traz uma referência breve ao período dos Bandeirantes, que datam do século XVII, não indo mais profundamente em períodos anteriores que apresentariam possíveis artefatos produzidos por populações pré-coloniais.

Integrantes entrevistados do coletivo apontam a possibilidade de direcionamento do patrocinador da pesquisa para que o relatório não comprometesse a continuidade das obras previstas para a área, ou seja, que o local não se tornasse um sítio arqueológico, o que segundo o coletivo comprometeria a pavimentação da área e conseqüentemente alteraria significativamente os interesses da empresa interessada em instalar edificações na região. Como não tive acesso a representantes da empresa patrocinadora da pesquisa, não pude confirmar essa hipótese.

Em 2013, foi realizado um programa de resgate arqueológico na região do Largo da Batata, Largo de Pinheiros e algumas ruas próximas a estes espaços.

Essa ação se deu quando em escavações realizadas para instalação da estação de Metrô Faria Lima, detectou-se artefatos cerâmicos que remetiam a períodos coloniais.

A empresa de arqueologia urbana escolhida para essa empreitada foi a Zanettini Arqueologia, contratada pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda, (empresa que atua no mercado de empreendimentos imobiliários e faz parte do consórcio que investe recursos financeiros na Operação Faria Lima), com permissão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros.

O “Programa de Resgate Arqueológico Sítio Arqueológico Pinheiros 2”, foi realizado com intuito de receber o Alvará de Licença para continuidade das obras do Metrô e demais edificações previstas no Plano de Reconversão Urbana do Largo da Batata.

O programa resultou em ações de escavação que apresentaram a identificação de parte de uma olaria, caracterizada pela coleta de recipientes cerâmicos relacionados aos séculos XVIII e XIX e porção remanescente de uma vila datada da primeira metade do século XX, ocupada por imigrantes japoneses que se instalaram na região.

A área pesquisada apresentou vestígios de fornos e grande concentração de material cerâmico. Foi possível ainda identificar uma vala, escavada diretamente no solo argiloso, preenchida por peças cerâmicas.



Foto 31 - Vala com peças cerâmicas depositadas no fundo. Fonte: Programa de Resgate Arqueológico-Sítio Arqueológico Pinheiros 2 - Relatório Final. Paulo Eduardo Zanettini. Dr. Rafael de Abreu e Souza. Dezembro de 2013.



Foto 32 - Conjunto de bordas decoradas com incisos losangulares. Fonte: Programa de Resgate Arqueológico-Sítio Arqueológico Pinheiros 2 - Relatório Final. Paulo Eduardo Zanettini. Dr. Rafael de Abreu e Souza. Dezembro de 2013.



Foto 33 - Fragmentos de pote cerâmico. Fonte: Relatório Programa de Resgate Arqueológico-Sítio Arqueológico Pinheiros 2 - Relatório Final. Paulo Eduardo Zanettini, Dr. Rafael de Abreu e Souza. Dezembro de 2013.

Os níveis superiores da escavação apresentaram pisos de asfalto, concreto e camadas de aterro e embasamentos para pisos compostas por materiais construtivos. Abaixo, camada areno-argilosa com presença de alguns fragmentos de carvão e cerâmica de produção local/regional, seguida por camada de terra preta, com alta densidade de carvão e cerâmicas, configurando-se enquanto refugio e resultante dos processos de queima e limpeza.

Ao final da pesquisa arqueológica a empresa contratada apresentou um relatório onde traz como resultado da pesquisa a seguinte recomendação:

“Em consonância com a legislação referente à salvaguarda do patrimônio arqueológico, recomenda-se a liberação arqueológica em definitivo da área destinada ao empreendimento para que os responsáveis possam requerer as licenças e alvarás que lhe são necessários junto à Prefeitura Municipal de SP e/ou demais órgãos intervenientes, uma vez não existirem riscos de danos ao patrimônio arqueológico, cabendo ao empreendedor desenvolver Programa de Educação Patrimonial compatível com os recursos evidenciados junto à comunidade.” (Fonte: Relatório Programa de Resgate Arqueológico-Sítio Arqueológico Pinheiros 2 - Relatório Final. Paulo Eduardo Zanettini, Dr. Rafael de Abreu e Souza. Dezembro de 2013.)

O acervo foi submetido a procedimentos de curadoria, envolvendo limpeza, triagem e acondicionamento. Este acervo está sob os cuidados da empresa que contratou a pesquisa.

Gustavo Freiberg, assessor de cultura da Subprefeitura de Pinheiros na gestão de 2012-2016, já mencionado anteriormente, narrou em entrevista realizada na Subprefeitura de Pinheiros em 2015, que estava buscando resgatar esses materiais para que ficassem sob os cuidados do governo municipal e assim poder ser apresentado à população em exposições e ser acessado por pesquisadores e demais interessados.

Em nossa última conversa, em 16 de dezembro de 2016, no dia de instalação das placas de identificação do Largo da Batata (ver fotos 28 e 29), indaguei sobre em que pé estava a questão relacionada à instalação do espaço de exposição dos objetos encontrados nas escavações do sítio arqueológico. Gustavo respondeu, com seu sotaque argentino, que não conseguiu avançar nesse tema e que com a nova gestão municipal dificilmente esse assunto será pauta da pasta da cultura ou do departamento de patrimônio histórico, que segundo ele tem características marqueteiras e que vai terceirizar através de privatizações todos os espaços públicos, como parques e centro de eventos; e o Largo da Batata, por sua localização privilegiada, será um dos locais dispostos a investimentos privados.

Sobre os planos do coletivo BatataMemo para esse novo momento, Fernanda diz que estão sendo convidados para encontros com a nova gestão da Prefeitura Regional e que vem sentindo um processo de desmobilização da participação dos coletivos nas ações previstas para o Largo.

Um momento de grande disputa e de reestruturação dos modos de atuação do governo junto à sociedade civil vem sendo colocados, a percepção de desinteresse do governo atual em manter a participação popular nas decisões e propostas surgidas estão sendo repensadas, articulando novas táticas de incidência e interação com a atual gestão.

A reivindicação do coletivo atualmente continua sendo a construção de um espaço de exposição que componha a preservação da história e manutenção da memória do Largo da Batata, com a exposição dos achados arqueológicos e outros registros.

“As cidades mudam, estão vivas”, diz Fernanda Salles em entrevista, “importante preservar sua ligação ao passado, o que fez esse lugar ser esse lugar”.

## **CAPÍTULO 3 – CULTURAS E TERRITORIALIDADES.**

Neste capítulo pretendo apresentar as representações territoriais e culturais, analisando suas manifestações dentro das dinâmicas sócio-políticas deste espaço e a produção de novas identidades culturais a partir da exploração de informações coletadas em campo durante os anos de 2015, 2016 e 2017, onde experimentei muitas incursões no território e tive a oportunidade de acompanhar alguns eventos realizados neste local.

Neste capítulo, tenho como objetivo analisar, contrastivamente, as estratégias dos diferentes segmentos sociais em disputa no território.

### **3.1 Territorialidades Culturais.**

Nos planos urbanísticos, legislações e ordenamentos sociais são apresentados de modo universal, mas, na prática, se aplicariam somente a uma parcela da sociedade (MARICATO, 2000). Em muitos casos, tais planos explicitam as desigualdades sociais e a exclusão contidas em representações ideológicas. Estas tenderiam a favorecer interesses econômicos em detrimento de modos de desenvolvimento que incluam a participação dos habitantes locais. Segundo a autora, essas operações acabam por produzir gentrificação e remoções violentas de populações.

O ponto central da discussão de Maricato (2000) é que, sob a aura da universalidade das medidas, da legalidade e da ordem, iniciativas públicas (dos executivos e legislativos locais) são tomadas baseadas em interesses de segmentos econômicos com vistas à especulação imobiliária e não, de fato, à totalidade da população como as políticas públicas deveriam garantir.

A luta das classes populares pelo acesso e/ ou permanência em espaços centrais das cidades ganha uma relevância particular no presente em função das políticas de renovação/ revitalização urbana implementadas em diversas cidades do mundo com o objetivo primordial de adequar os espaços da metrópole às exigências impostas pelo capital transnacional no contexto da competição global de cidades. Esse fenômeno vem produzindo seus efeitos, de modo intermitente, há pelo menos dois séculos na região de Pinheiros.

Para Lefebvre, a cidade é concebida como um campo de disputas e de lutas entre diferentes classes sociais. A vida em comunidade possibilitada pela cidade não impede estas disputas e sim as potencializa. Para o autor, “estes conflitos sociais reforçam o sentimento de

pertencimento que os diferentes grupos possuem em relação ao meio urbano em que habitam”, apresentando uma concepção do sistema urbano “enquanto uma arena de conflito entre o valor de uso e o valor de troca”. (Lefebvre, 2008: 13)

Segundo o autor, valor de troca e de uso podem ser entendidas como relações distintas que os indivíduos e os grupos sociais estabelecem com o território. O valor de uso seria aquele dado pelos que naquele local/território habitam, buscam prazer, trabalham. O valor de troca é estabelecido quando um indivíduo ou um grupo busca extrair do território algum tipo de riqueza produzida socialmente. O valor de troca seria, “um processo de mercantilização do espaço produzido pela sociedade, através do qual alguns grupos específicos se apropriam da riqueza gerada - como é o caso da especulação imobiliária” (ROLNIK, 1981).

Como resposta às condições sociais na sociedade moderna, surge a necessidade de um novo direito, o direito à cidade:

“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, [1968] 2009: 117,118).

O que se apreende facilmente da definição proposta por Lefebvre é que o direito à cidade significa - em termos ideológicos, morais e práticos - a precedência das relações de valor de uso sobre as relações de valor de troca que se desenvolvem sobre o território urbano.

De fato, neste aspecto, o filósofo francês não está se referindo ao direito à cidade como a possibilidade de correção das distorções da economia capitalista no plano da produção do espaço urbano, mas sim a um processo de transformação social mais amplo, que seja capaz de produzir uma outra cidade, a partir de uma nova lógica de produção e de uso do espaço, o que só poderia ocorrer em uma sociedade mais inclusiva, em oposição a procedimentos de gentrificação.

Inicialmente, pode-se afirmar que o conceito de gentrificação refere-se basicamente às políticas de renovação/ requalificação urbana.

No caso do Largo da Batata, a utilização do termo “Reconversão” vem servindo para modificar sua composição social e espacial, promovendo a ocupação desse espaço por outras classes sociais, no caso, a nova classe média, que encontra nesse local oportunidades de instalação de novos dispositivos comerciais, empresariais e habitacionais e que vem ocupando a região sudoeste da cidade, promovendo uma nova centralidade na cidade de São Paulo. Nesse contexto “a expulsão dos setores populares é um controle mais rigoroso da diversidade

sociocultural ali existente” (Frugolí Jr., Sklair, 2009). Segundo o autor, no caso da metrópole paulista:

“... é um consenso entre os estudiosos do tema que a região sudoeste da cidade foi ‘eleita’ como a área preferencial para receber abundantes investimentos públicos e privados (especialmente públicos, é claro) com o intuito de integrar cada vez mais São Paulo à rede global de cidades. Portanto, independente, de ser ou não um território digno de tal status, há que se reconhecer que o discurso ideológico da cidade global acaba por subordinar significativamente a política urbana do poder público paulistano” (FRUGOLI, SKLAIR, 2009).

Neste contexto de intervenções urbanas podemos verificar que, ao longo do século XX, as transformações que ocorreram no bairro de Pinheiros, destacado por conta do recorte da pesquisa que venho desenvolvendo para esta dissertação, também aconteceram em outras regiões da cidade de São Paulo.

Seguindo prerrogativas que destacam territorializações pautadas por interesses alinhados pelo capital especulativo que buscam integrar novos territórios, “ressignificando” seus usos e modos de ocupação, os resultados são procedimentos ideologicamente alinhados à verticalização de apropriação e uso dos espaços.

Processos que agravam a separação territorial entre classes sociais, deslocando residentes há muitas décadas no local para outras regiões com custo de vida mais baixo. O aumento nos preços de produtos e serviços produzem o que Valladares (1978) chamou de remoção branca.

## **3.2 Culturas Territorializadas, Táticas de Resistência**

Michel De Certeau define estratégia como:

“... o cálculo (ou a manipulação) das forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado. Postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1980, 46).

Sobre a tática Certeau diz:

“ ... a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. A tática opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões, consegue estar onde ninguém espera. É a astúcia”... (CERTEAU, 1980, 46).

O que pude verificar, nas manifestações políticas e estéticas praticadas pelos coletivos desde 2013, são ações sociais táticas que vêm alterando o sistema de significados relacionados a aspectos econômicos, sociais e culturais. Realizados à margem dos limites de mediação da política tradicional, promovem novos arranjos simbólicos que têm problematizado as formas convencionais de participação pública no cenário político neste espaço e através de ações sociais instalam novas perspectivas culturais, praticando assim uma nova territorialização. Como observa Stuart Hall:

“A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação”. (HALL 1997:10)

Aqui observo que a centralidade da cultura se explicita quando as práticas cotidianas se tencionam, rompendo com os costumeiros modos de posicionamentos políticos e sociais para abrigar novas dimensões de conhecimentos e trocas culturais, portanto a “centralidade da cultura, indica a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo”. (HALL 1997:12)

Percebemos que as manifestações praticadas por coletivos artísticos no Largo da Batata têm mobilizado problemáticas que estão em consonância com temas relacionados à identidade e subjetividade.

Os frequentadores do Largo da Batata que se percebem excluídos das decisões sobre os rumos dos planos municipais de urbanização previstos para o local têm se mobilizado para participar e usufruir desse espaço público como palco de transformações sociais e urbanas.

São eles que se apresentam como aqueles que taticamente “reconverteram” o Largo da Batata em um espaço de interações e trocas, na busca de uma ocupação que agregue agentes sociais e seus frequentadores para a construção de uma nova identidade cultural.



Foto 35 - Cartaz de convocação para atividades no Largo da Batata, em 2013. Fonte: BatataMemo!.

Esta tem sido a postura de diferentes atores sociais que desde 2013 vêm ocupando esse espaço na perspectiva de implantação de uma nova territorialidade, pautada na participação ativa junto às instâncias de decisões sobre seu destino.



Foto 36 - Ocupação “A Batata Precisa de Você”. Fonte: Laura Sobral, 2014.

São esses atores que vem produzindo no Largo da Batata uma nova identidade, que se remeta a ocupação, participação e construção de novos modos de territorialização, marcando o resgate da memória em compasso com uma nova identidade que se apresenta, seguindo Stuart Hall, não como algo fixo e sim como uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente dependendo da forma como somos representados ou entendidos no sistema cultural no qual estamos inseridos.

“O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. (HALL, 2015,12)

A identidade seria, assim, fruto da linguagem. Afirmar a identidade e marcar as diferenças tem a ver com relações de poder e acontece por meios simbólicos, ocupando lugares de sentido entre os grupos envolvidos nesta disputa por recursos simbólicos e materiais dispostos na sociedade.

“ Hoje milhões de pessoas vão de um lado a outro frequentemente, vivem de forma mais ou menos duradouras em cidades diferentes daquelas que nasceram e modificam seu estilo de vida ao mudar de contexto. Essas interações têm efeitos conceituais sobre a noção de cultura e identidade: para usar a eloquente fórmula de Hobsbawm, agora ‘a maior parte das identidades coletivas são mais camisas do que pele: são, pelo menos em teoria, opcionais não iniludíveis”. (HOBSBAWM,1997, p 24,apud Alsina, 1999,p,55, in CANCLINI,2007, p 44).

Para ilustrar esse argumento, algumas intervenções como a já citada mudança de nome de ruas e avenidas (intervenção realizada pelo Centro de Mídia Independente, foto 25, página 66), e a performance do “Exército de Executivos” (imagem abaixo), em frente à Bolsa de Valores de São Paulo pelo grupo Esqueleto Coletivo. Nelas vemos a participação de coletivos de artistas em intervenções que questionam produções de identidades territoriais expressivas de relações desiguais de poder.



Foto 34 - Intervenção Esqueleto Coletivo em frente à Bolsa de Valores na região central da cidade de São Paulo, em 2004. Fonte: <https://esqueletocoletivo.wordpress.com/projetos-e-aco/es/exercito-dos-executivos/>, pesquisado em 16/07/2017.

Podemos pensar igualmente em intervenções como “GENTRIFICADO” do grupo BijaRi, realizada em 2007, em que os membros do grupo espalharam centenas de cartazes em locais sob forte disputa imobiliária na região central da cidade de São Paulo e no Largo da Batata.



Foto 37 - Imagem de intervenção realizada em 2007 pelo coletivo BijaRi, Gentrificação. Fonte: [www.bijari.com.br](http://www.bijari.com.br). Pesquisado em 16/07/2017.

Estas ações apresentam propostas narrativas que carregam em si indícios que colocam esses coletivos como ativos atores sociais por construírem, no interior de suas representações culturais, identidades partilhadas, situando a produção cultural como constitutiva na vida social. Mais uma vez convidamos Stuart Hall para nos iluminar:

“O que aqui se argumenta, de fato, não é que “tudo é cultura”, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo”. (HALL 1997, 13)

As produções artísticas coletivas podem contribuir para mudanças nas relações sociais e identitárias, podem ser agentes de transformação das práticas convencionais de realização artística propostas por modelos de mercantilização da arte, abrindo um campo de discussão sobre suas políticas de instrumentalização enquanto um sistema de convenções mercadológicas praticadas no momento de compra e venda.

Podem, portanto, ressignificar o papel da arte para além de uma mercadoria, se aproximando da vida cotidiana em novos modos de atuação estética e política, desenvolvendo um novo projeto de autonomia que provoque novas possibilidades de agir, refletir e praticar arte em contextos multidisciplinares, fugindo de especializações e grades pré-estabelecidas mediadas pelos mecanismos oficiais de representação.

Atualmente o Largo da Batata é um ponto de convergência de vários coletivos, indivíduos, organizações não governamentais e poder público que dialogam sobre suas ocupações e buscam aprofundar a participação popular no entendimento sobre as pressões produzidas. Estratégias econômicas que se apresentam com avanços urbanísticos que trarão desenvolvimento ao território estão em compasso com posições táticas de resistência apresentadas por moradores e frequentadores do território que, segundo eles, não têm levado em conta dimensões históricas e sociais que são imprescindíveis.

Quis apresentar nesse texto as intervenções e posicionamentos dos coletivos artísticos como promotores e agentes sociais de uma nova configuração cultural, que vem ampliando seu escopo de participação no contexto das artes praticadas na modernidade tardia. A prática artística, neste caso, se intensifica em seus usos finais, não se mantém apenas como objeto em si mesmo (real ou simbólico), vendável, rentável e autoral, e sim se desloca para outras possibilidades de diálogo e interação mais dialógicas.

Nesse sentido, num sistema de produção e participação cultural cada vez mais voltado para a produção cognitiva e simbólica, ela é produção criativa material e imaterial que agrega novos horizontes. Em se tratando dos coletivos observados no Largo da Batata, percebemos a construção de novas modalidades de participação política e social.

## Considerações finais

Nesta pesquisa, meus principais objetivos eram analisar as disputas em torno da identidade e da memória do Largo da Batata. Minha hipótese era que a identificação destas disputas me permitiria analisar dinâmicas sociais em curso que ativavam dimensões políticas, econômicas e culturais.

Durante o trabalho de campo observei uma intensa disputa entre grupos sociais distintos e seus projetos para o local. De um lado, agentes empresariais visavam à criação de um espaço homogeneizado, com um padrão estético predominante e que servisse aos interesses da especulação “fragmentando seus usos, suas formas e funções” (SEABRA, O, 2003). De outro lado, grupos protagonizando manifestações para resgate da memória local e do seu identificado potencial de integração de segmentos sociais diversos. Nestes casos, destacaram memória e identidade afirmando o Largo da Batata como lugar de integração, diversidade e heterogeneidade.

Coletivos artísticos e moradores locais atuam no “resgate” e atualização desta memória que seria afirmada como diversa, heterogênea, popular. Em contraposição, os agentes empresariais reforçam publicamente a ideia de que o Largo da Batata é um local degradado e que precisa de ações públicas e privadas de revitalização na tentativa de “reconvertê-lo”, conforme demonstrado em capítulos acima.

Podemos observar aqui uma dupla ocupação do espaço, por um lado observamos grupos econômicos se favorecendo, sob a aura da universalidade que estaria na base das políticas urbanísticas propostas para o local pelo poder público, notadamente prefeituras, no caso específico a prefeitura de São Paulo ao longo das gestões desde 1938 a 1945, gestão Prestes Maia e que se intensifica na gestão Marta Suplicy, nos anos 2001 a 2004, ainda em curso.

Essas gestões produziram planos de intervenção urbana naquela localidade (como em outras áreas, alvo de atenção de inúmeros estudos). Publicizar a degradação local era um recurso ideológico fundamental na tentativa de produzir o convencimento de diferentes grupos sociais. Em seguida, as políticas públicas emergiam como redentoras. No Largo da Batata, de modo muito explícito no nome do projeto de intervenção, a Reconversão do local emergia como necessidade. Mas o que significava em termos públicos esta reconversão? Como era anunciada? O que de fato foi implementado?

Observei que o sentido de “Reconversão” proposto para o local pelo consórcio público e privado, foi deslocado de um ponto de vista Gentrificador, desejoso por uma nova ocupação

do local por uma nova classe social, para uma reconversão cultural, proposta e praticada pelos coletivos que vêm ocupando o local, como já afirmei acima, são eles que realmente converteram uma proposta árida em um território vivo, que vem ocupando os espaços de decisão sobre o local, antes restritos, com propostas e intervenções constantes, colocando o Largo da Batata como uma referência de ocupação comunitária na cidade de São Paulo.

Esses grupos organizados que se opunham à gestão municipal e aos especuladores imobiliários, agiram publicamente, através de intervenções artísticas e outras ocupações, descritas acima, desmascarando as intenções capitalistas do plano municipal, operando pela via de uma ocupação estética e cultural do local que em certa medida ainda não absorveu a complexa diversidade que os documentos históricos registram, ou seja, pobres, moradores de rua, comerciantes, nordestinos, imigrantes, moradores abastados das cercanias.

Se por um lado podemos dizer que, no caso analisado, identificamos um embate entre capital e cultura, mediados por atores políticos, do governo, setor privado e sociedade civil organizada, esse embate se desdobra entre homogeneização e diversidade, entre interesses privados e públicos. O que o acompanhamento do caso nos revelou é que uma estética e cultura de classe pautada por interesses privados ainda se apresenta forte e preenche muitos espaços, no entanto, existe uma resistência que se manifesta através dos coletivos presentes no local, que vêm criando fissuras onde o processo participativo resiste como modo dialógico que pode se ampliar e absorver mais participantes em suas instâncias de discussão, apresentando uma nova cultura e territorialidade, mais criativa e solidária.

## Referências Bibliográficas

- AMARAL, Araci. Arte Pública em São Paulo – SESC-São Paulo - 1998.
- ARANTES, Antônio A. (Org.), O espaço da diferença - Papyrus – 2000.
- AMARAL, Antônio Barreto do – O bairro e Pinheiros – São Paulo, 1985
- ARANTES, O. Uma estratégia Fatal, in A cidade do Pensamento Único, 2002.
- ARIZPE, Lourdes. (Org.). As Dimensões Culturais da Transformação Global - Uma Abordagem Antropológica. UNESCO - 2001.
- AUGÉ, M. Não lugares, 2005.
- AZBERRG, Elza, (Org) Metáforas Urbanas - Uma investigação de conteúdos– MAC -USP - 2003.
- BAITZ, Ricardo. “O metrô chega ao Centro da Periferia: estudo do concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata e da Operação Urbana Faria Lima em sua nova fase”. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BIJARI. Estão vendendo nosso espaço aéreo. Disponível em [www.bijari.com.br](http://www.bijari.com.br)
- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação - Relógio D’Água – 1991.
- BOURDIEU, Pierre . Espaço Social e poder simbólico. Conferencia pronunciada na Universidade de San Diego em março de 1986.fonte:<https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/23-bourdieu-espaco-social-e-poder-simbolico.pdf>
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros Crime, segregação e cidadania em São Paulo - Editora 34 - EDUSP – 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados - Editora UFRJ 2007.
- CAMPOS, Eudes. A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos”. Revista do Arquivo Histórico Municipal, São Paulo, v.204,2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano- Novos escritos sobre a cidade - FFLCH, São Paulo, 2007
- CERTEAU, Michel, A cultura no plural - Papyrus – 2012.
- CHIARELLI, Tadeu. Arte Internacional Brasileira – Editora Lemos - 1999.
- CLIFFORD, James. Sobre a experiência Etnográfica.
- COSTI, Rochelli, Exposição Escolha, 2005.
- DAWSEY, Jonh C., MULLER, Regina P.,HIKILI, Rose Satiko G., MONTEIRO, Marianna F.M.. Antropologia da Performance ensaios NaPedra, São Paulo, 2013.
- DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo – Ed Contraponto - 1997.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. 2008. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV
- EZPELETA, Justa - ROCKWELL, Elsa. Pesquisa participante – Cortez - São Paulo – 1984.
- FELICIO, Erahsto. (Org) Internacional Situacionista-Deriva, psicogeografia e urbanismo mutilitário – Ed.Copyleft - 2007.
- FEATHERSTONE, Mike. (Org) Cultura Global, nacionalismo, globalização e modernidade, 1990.
- FEATHERSTONE, Mike. O desmanche da Cultura globalização, pós-modernismo e identidade, SESC, São Paulo, 1997.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo às avessas. In: Hegemonia às avessas. OLIVEIRA, F., BRAGA, R. e RIZEK, C. (orgs.). São Paulo. Boitempo Editorial, 2010.

- FRASCINO, Titio Livio. Reconversão urbana do Largo da Batata. Disponível em [www.titiolivio.com.br](http://www.titiolivio.com.br).
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996. (Trad. Laura Fraga de Almeida)
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? São Paulo: Paisagens, 2000. (Trad. José A. Bragança)
- FOUCAULT, Michel. Outros Espaços, conferência proferida no Cercle d' Études Architecturales, em 14 de Março de 1967.
- FOUCAULT, Michel. O corpo Utópico, as heterotopias, posfácio de Daniel Defert, 2013.
- GOFFMAN, Erving. Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011
- GONSALVES - ESTRELLA, Fernando, Charbelly. Comunicação, arte e invasões artísticas na cidade - Paisagens Urbanas - Editora SENAC - 1996.
- GOTO, Newton. (ORG) Circuitos Compartilhados. Rio de Janeiro/ Curitiba: MinC/ IPHAN/ Petrobras/ Paço Imperial/ epa! - 2008.
- HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura; notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo, 1997.
- HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade, 2011.
- HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais, 2014.
- HANNERZ, Ulf. Explorando a cidade, em busca de uma antropologia urbana, 2015.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional, in MANA, 1997.
- LATOUR, Bruno. Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia, EDUSC, São Carlos, 2004.
- LEFEVRE, Henri. A revolução urbana, 1999.
- LEFEVRE, Henri. O direito a Cidade, 1991.
- LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna, 1979.
- MAGNANI, J. Festa no pedaço, cultura e lazer na cidade, 1984.
- MAGNANI, Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Publicado originalmente na Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 17, n. 49. São Paulo, junho de 2002.  
Fonte: [http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de\\_perto\\_de\\_dentro.pdf](http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf).
- MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia. A cidade do pensamento único, Petrópolis, Vozes, 2000.
- DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo. 1999.
- MASCARENHAS, Luisa Prado. Reconversão urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARI, M. Coletivos de arte no Brasil, situacionismo e política na sociedade do espetáculo, 2012.
- OLIVEIRA, Maria Carolina de Vasconcelos. Instituições e públicos culturais: um estudo sobre mediação a partir do caso SESC- São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo.
- PETRONE, Pasquale. Pinheiros: aspectos geográficos de um bairro paulistano. São Paulo: EDIUSP. 1963.
- ROSAS, Ricardo. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil, 1997.

- SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação, Tese de Livre Docência, São Paulo. 2003.
- STRATHERN, M. O efeito etnográfico.
- KUPER, Adan. Cultura a visão dos antropólogos, EDUSC - 2002.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, in A cidade do Pensamento Único, 2002
- MESQUITA, André. Arte - Ativismo: Interferência, Coletivismo e Transversalidade (1). Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=300&secao=artefato>.
- MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica.
- PAIM, Claudia. Espaços de arte, espaços da arte: perguntas e respostas de iniciativas coletivas de artistas em Porto Alegre, anos 90. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Artes/UFRGS - 2004.
- PALLAMIN, Vera M. (Org.), Cidade e Cultura - Estação Liberdade – 2002.
- PEIXOTO, Nelson B. (curador) Arte/ Cidade – Editora Marca D'Água-Secretária da Cultura de São Paulo - 1994.
- ROSAS, Ricardo. (INS)URGÊNCIA. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=210&secao=artefato>. Acesso em 03/12/2008.
- ROSAS, Ricardo. Gambiarra – Alguns Pontos Para Se Pensar Uma Tecnologia Recombinante (1). Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id=348&secao=artefato>.
- ROLNIK-GUATTARI, Sueli, Félix. Micropolítica - Cartografia do desejo - Editora Vozes - 1986.
- ROLNIK, Raquel. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país, 1981
- RUBIN, Antonio Albino Canelas. Cultura e políticas culturais - Beco do Azougue – 2011.
- SPINELLI, João J. (Org) - Arte Pública - Apontamentos e Reflexões. Instituto de Artes do Planalto – CNPq - UNESP - 1999.
- VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.